

Relatório B



UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA – UCP/MMA

AGOSTO/2019



KFW



Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RESUMO EXECUTIVO	4
APRESENTAÇÃO	1
1 ANÁLISE DE EFETIVIDADE FAUC 2019	2
1.1 UCs GRAU I.....	3
1.2 UCs GRAU II.....	11
1.3 RESULTADOS GERAIS – 117 UCs	16
2 EXECUÇÃO FINANCEIRA BIÊNIO 2018/2019	20
2.1 COORDENAÇÃO DO PROGRAMA.....	20
2.2 RECURSOS DE COORDENAÇÃO DO ICMBIO.....	20
2.3 CRIAÇÃO DE UCs	21
2.4 MANUTENÇÃO DE UCs CONSOLIDADAS	22
2.5 CONSOLIDAÇÃO DE UCs.....	23
2.5.1 <i>Grau I</i>	23
2.5.2 <i>Grau II</i>	24
2.5.3 <i>Resultados Gerais de Execução</i>	25
3 CONTRAPARTIDA	28
4 CUSTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	29
5 CONDIÇÕES DE DESEMBOLSOS	31
5.1 MOP DO ARPA ALINHADO COM O OBJETIVO DO FUNDO DE TRANSIÇÃO	31
5.2 INEXISTÊNCIA DE PERDA LÍQUIDA DE UC	31
5.3 RELATÓRIOS FINANCEIROS POR UC	32
5.4 APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE CONSOLIDAÇÃO	33
5.5 REQUERIMENTO POR PARTE DO MMA DE RECURSOS ADICIONAIS PARA COMPLEMENTAR O FT	36
5.6 AUMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ICMBIO.....	37
5.7 IMPLEMENTAÇÃO DO MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE	37
5.7.1 <i>Desmatamento dentro de UCs</i>	38
5.8 CRIAÇÃO DE NOVAS UC (CONFORME PLANEJAMENTO).....	38
5.9 AUMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS NÃO-SALARIAIS	40
5.10 PERFORMANCE DE CONSOLIDAÇÃO	43
5.11 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	44

QUADRO RESUMIDO – CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO.....	1
ANEXO 1 – LISTA DE UCS E CONSOLIDAÇÃO	2
ANEXO 2 – EVOLUÇÃO DE CENÁRIOS.....	6
GRAU I	6
GRAU II	9



RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório tem como objetivo permitir ao Comitê do Programa (CP) e ao Comitê do Fundo de Transição (CFT) avaliar em detalhes o desempenho do Programa ARPA e subsidiar o processo de planejamento bienal, bem como permitir ao CFT avaliar o cumprimento de cada Condição de Desembolso.

O documento apresenta informações detalhadas sobre o nível de cumprimento de cada condição de desembolso, conforme as métricas definidas pelo CFT, no Manual Operacional do Programa (MOP).

Dentre as 11 Condições de Desembolso, 7 foram plenamente atendidas. A CD7, que trata da implementação do monitoramento pelo ICMBio foi atendida em 74%. A CD8, que trata da criação de novas UCs, foi atendida em 52,2%; a CD9, sobre recursos de contrapartida, foi cumprida por quase todos os Órgãos Gestores, exceto AP e PA (34,9% e 99,5%, respectivamente); a CD10, que mede a performance de consolidação, foi alcançada para um terço das UCs do Programa; e a Condição de Desembolso n^o 11, que trata de número de funcionários, não foi plenamente atendida para Acre

(0%), Amazonas (83,3%), ICMBio (69,4%) e Mato Grosso (57,1%).

O Quadro Resumido – Cumprimento das Condições de Desembolso apresenta em resumo o status de cumprimento de cada uma das 11 condições de desembolso estabelecidas no âmbito desta Fase III do ARPA.

Adicionalmente, são apresentados dados sobre o avanço de consolidação das Unidades de Conservação apoiadas, em que, conforme dados mais atuais da Ferramenta de Avaliação de Unidade de Conservação – FAUC, verifica-se que 39 UC são consideradas consolidadas (1/3 de todo o Programa), tendo atingido as metas para todos os Marcos Referenciais do Programa, enquanto que outras 42 UCs encontram-se em estágio avançado de consolidação, pendente apenas em até dois Marcos Referenciais.

Uma análise mais detalhada da evolução de cenários entre os Marcos Referenciais do Programa mostra que os esforços empreendidos melhoraram os resultados das UCs de maneira geral apesar de não terem sido suficientes

para o alcance da meta de consolidação no prazo estabelecido.

Sobre a consolidação, um dos pontos levantados neste relatório demonstra como o planejamento anteriormente proposto possuía metas muito mais ambiciosas de execução e consolidação nos dois últimos anos, com um salto de consolidação previsto de 21 UCs em 2017 para 117 em 2019, o que equivale a um aumento maior que 500%. Com o cenário de 39 UCs consolidadas, no entanto, um ritmo de consolidação distinto é observado e, para tanto, propôs-se um novo planejamento para os biênios subsequentes.

Essa solução, no entanto, deve considerar: grande esforço dos órgãos gestores no planejamento e

na execução dos Planos Operativos; atenção e dedicação da Coordenação do Programa em identificar e propor soluções para as lacunas de execução e cumprimento de metas; e concentração de esforços do gestor do fundo de transição em adquirir, contratar e entregar os bens e serviços necessários para que as UCs alcancem suas metas em tempo hábil.

Por fim, outros desafios ao Programa são apresentados, como o cumprimento das metas de criação, a existência de equipes suficientes nas UCs a longo prazo e a garantia de que os recursos de contrapartida serão diversificados para atender ao custo total do Programa ARPA em longo prazo.

APRESENTAÇÃO

O desempenho do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) é avaliado a partir de diversas relatorias previstas no Manual Operacional do Programa¹, as quais destacam os principais pontos de execução física e financeira, revisões de planejamento, modelagem financeira e de custos, bem como outras informações relevantes ao desenvolvimento e à tomada de decisão. Este relatório B tem como objetivo permitir aos colegiados avaliar o desempenho do ARPA até o presente momento. Nele, um dos aspectos avaliados mais importantes é o cumprimento das Condições de Desembolso, o qual definirá o aporte de recursos para o planejamento do biênio 2020/2021.

Os dados analisados abrangem observações sobre o status do Programa ARPA em 2019 bem como de anos anteriores para fins de comparação, considerando contexto e desenvolvimentos recentes, sucessos e desafios, bem como estratégias em curso. Tais informações deverão ser compatíveis com as estratégias do Fundo de Transição (FT) e com os Objetivos do Programa ARPA listados a seguir:

- **Objetivo Geral:** Consolidar, no mínimo, 60 (sessenta) milhões de hectares de Unidades de Conservação (UCs) no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa²;
- **Objetivos específicos:**
 - Criar e consolidar UCs de Proteção Integral (PI) e de Uso Sustentável (US) na região amazônica que são apoiadas pelo Programa ARPA;
 - Manter UCs de Proteção Integral e de Uso Sustentável na região amazônica que são apoiadas pelo Programa ARPA;

¹ MOP disponível em: <http://arpa.mma.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Manual-Operacional-do-Programa-Arpa-Atualiza%C3%A7%C3%A3o-Maio-de-2019.pdf>

² A lista de UCs do ARPA com destaque para as UCs consolidadas encontra-se no ANEXO 1 – Lista de UCs e Consolidação

- Criar mecanismos que garantam a sustentação financeira das UCs de Proteção Integral e de Uso Sustentável em longo prazo.

1 ANÁLISE DE EFETIVIDADE FAUC 2019

Os dados obtidos da FAUC 2019 foram comparados aos dados registrados em anos anteriores a fim de analisar a evolução das UCs e de seus Marcos Referencias ao longo do tempo de aplicação da ferramenta. Vale ressaltar que em 2019 foi realizada a décima aplicação do questionário FAUC, sendo possível adiantar que os dados compilados demonstram clara evolução nos processos apoiados pelo ARPA, os quais terão destaque ao longo da análise em caixas de texto específicas.

De modo a realizar a comparação desses dados de forma coerente com o grau de cada UC, a análise será dividida em UCs de Grau I e UCs de Grau II, uma vez que cada grau contempla conjuntos diferentes de atividades a serem realizadas e apoiadas pelo Programa ARPA, cada qual com metas distintas de alcance³

Para este relatório, calculou-se o nível de consolidação das UCs de acordo com a quantidade de Marcos Referenciais cujas metas foram alcançadas. A tabela abaixo resume a informação para Grau I e II:

Nível de Consolidação	MRs alcançados Grau I	MRs alcançados Grau II
Muito Baixo	0 a 1	0 a 3
Baixo	2 a 3	4 a 6
Médio	4	7 a 9
Alto	5 a 6	10 a 11
Consolidado	7	12

³ Para detalhes dos valores de FAUC, consultar a planilha de histórico da FAUC no site eletrônico do ARPA: <http://arpa.mma.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Hist%C3%B3rico-FAUC-2010-2019.xlsx>

1.1 UCs Grau I

A **Tabela 1** mostra os Marcos Referenciais para UCs Grau I e seus respectivos indicadores de meta. É preciso salientar que o marco de Equipe Técnica não foi considerado para fins de consolidação uma vez que já há uma Condição de Desembolso que controla esse indicador. Ademais, não necessariamente UCs com equipe menor que o estabelecido pelo Programa não se consolidam dadas as suas peculiaridades⁴.

Tabela 1 - Indicadores de Marcos Referenciais em UCs Grau I⁵

Marco Referencial	Meta
Plano de manejo	Plano de manejo aprovado
Formação de Conselho ⁶	Conselho oficialmente constituído
Funcionamento de Conselho ⁵	Conselho capacitado e em funcionamento
Proteção	Implementação do Plano Básico de Proteção
Sinalização	Sinalização dos principais pontos de acesso às UCs
Equipamentos	Aquisição e manutenção de equipamentos mínimos
Equipe Técnica	Equipe Técnica com no mínimo 2 funcionários
Monitoramento	Monitoramento de ao menos um indicador socioambiental

O desempenho de consolidação de 79 UCs em Grau I pode ser visualizado na Figura 1 abaixo:

⁴ Importante salientar também que até 2018, o MR de Monitoramento não era avaliado como uma das metas de consolidação das UCs, pois a implementação do Protocolo Mínimo havia entrado tardiamente como meta no Programa, o que poderia alterar o status de consolidação de diversas UCs naquele momento. Esse aspecto foi alterado em 2019, uma vez que nesse ano todas as UCs deveriam estar consolidadas em todos os Marcos Referenciais avaliados de acordo com o Plano de Consolidação.

⁵ Para consulta aos diversos cenários de cada Marco Referencial, acessar o documento no link a seguir: <http://arpa.mma.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/MRs-metas-FASE-III-abr-18.pdf>

⁶ Formação e Funcionamento de Conselho estão inseridos no MR de Gestão Participativa

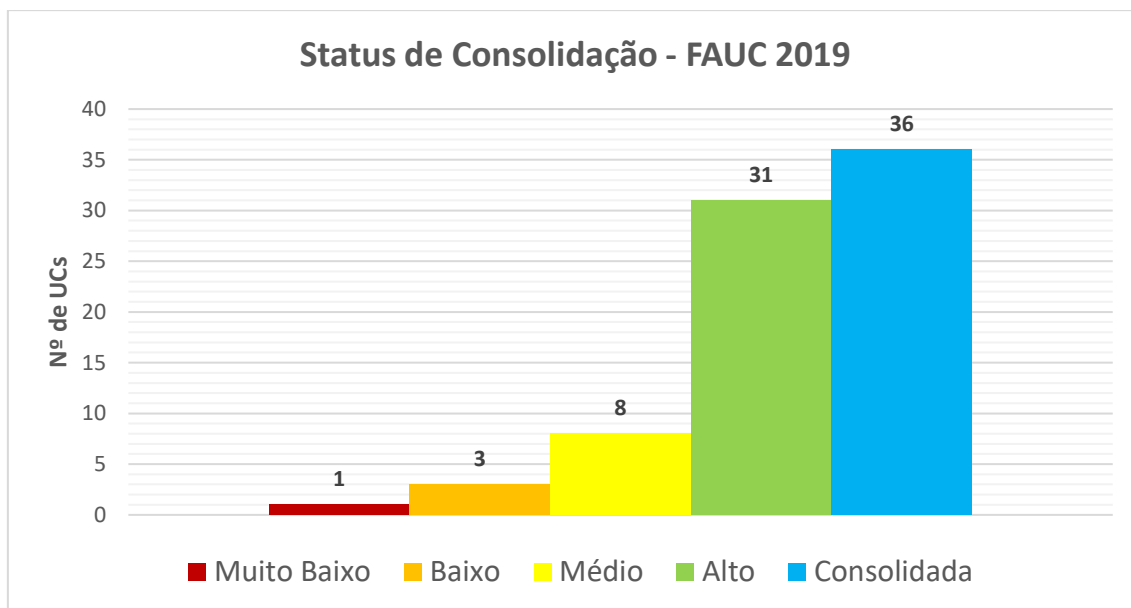


Figura 1 – Nível de Consolidação UCs Grau I. Dados FAUC 2019.

Observa-se que, para Grau I, quase 85% das UCs possuem alto nível de consolidação ou estão consolidadas e apenas 5% estão com nível baixo ou muito baixo. Para ambas as extremidades cabem ações tanto para acelerar a consolidação das UCs próximas de consolidar (consideradas aqui com nível alto de consolidação), quanto para as que possuem nível de consolidação baixo ou menor de modo a verificar os principais entraves e alavancar sua evolução no Programa ARPA.

É importante salientar que das 4 UCs com nível baixo ou muito baixo de consolidação, 3 são unidades mais novas: ESEC Alto Maués, RESEX Marinha Cuinarana e RESEX Marinha Mocapajuba, todas criadas em 2014 e com adesão ao ARPA em 2015, porém com equipe dedicada às UCs pelo menos 2 anos depois de suas criações. Com isso, os primeiros resultados de investimento do ARPA começaram a surgir principalmente nos últimos dois anos e certamente avançarão mais como já se observa na evolução dos cenários de cada Marco Referencial (Figura 2).

A 4ª UC em nível menor é o PE Serra Ricardo Franco, que enfrentou risco de desafetação no PO anterior, mas que vem, em conjunto com o Ministério Público do Mato Grosso, fortalecendo as ações para a implementação efetiva da gestão da UC. Os resultados estão sendo monitorados e deverão surgir no próximo biênio.

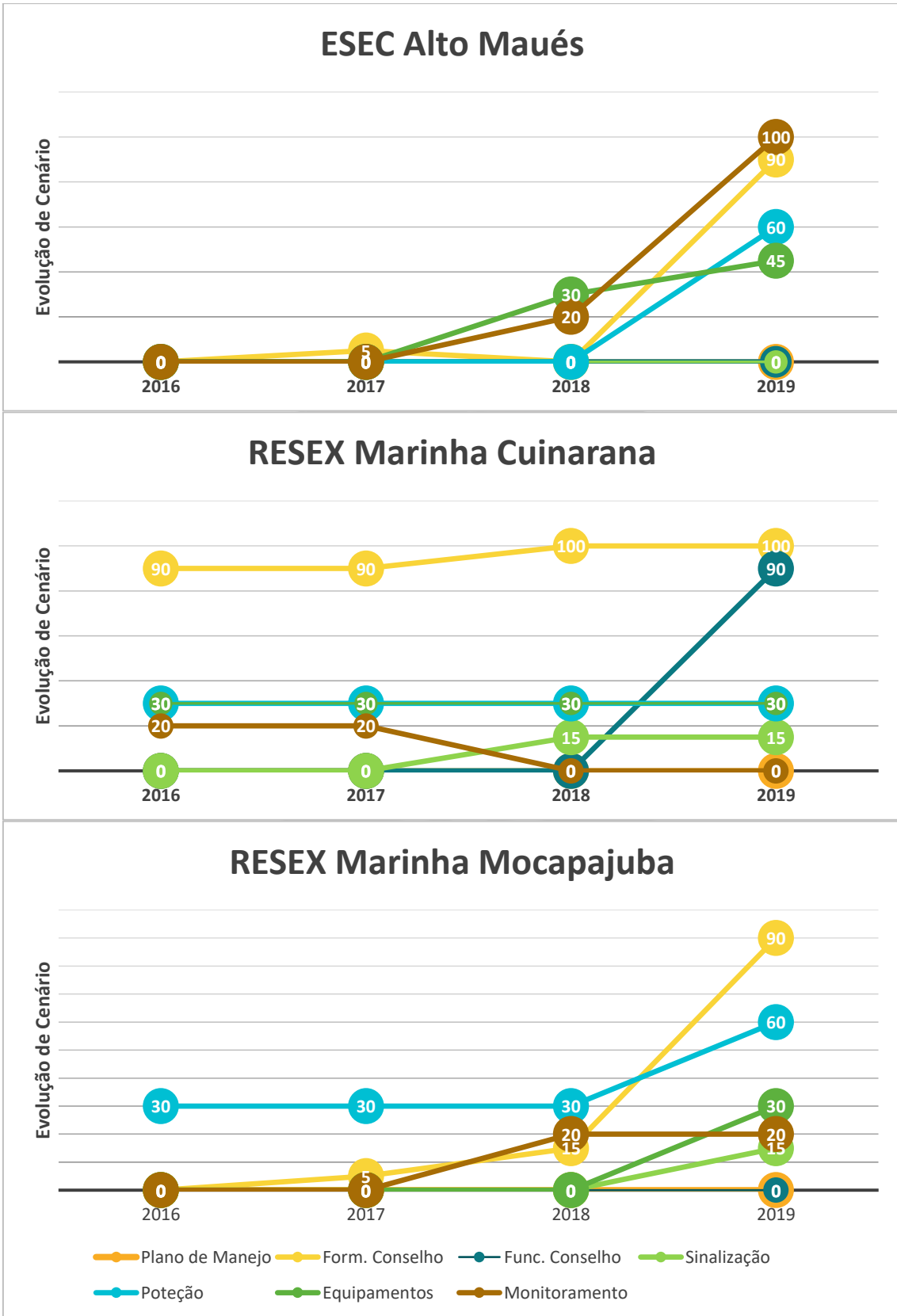


Figura 2 – Evolução de cenários por Marco Referencial em 3 UCs Grau I de baixo nível de consolidação

A partir da análise por alcance de metas nos Marcos Referenciais com base nos dados compilados da FAUC 2019⁷, obteve-se o gráfico abaixo (**Figura 3**), o qual tem como objetivo verificar os alcances de meta para cada MR:

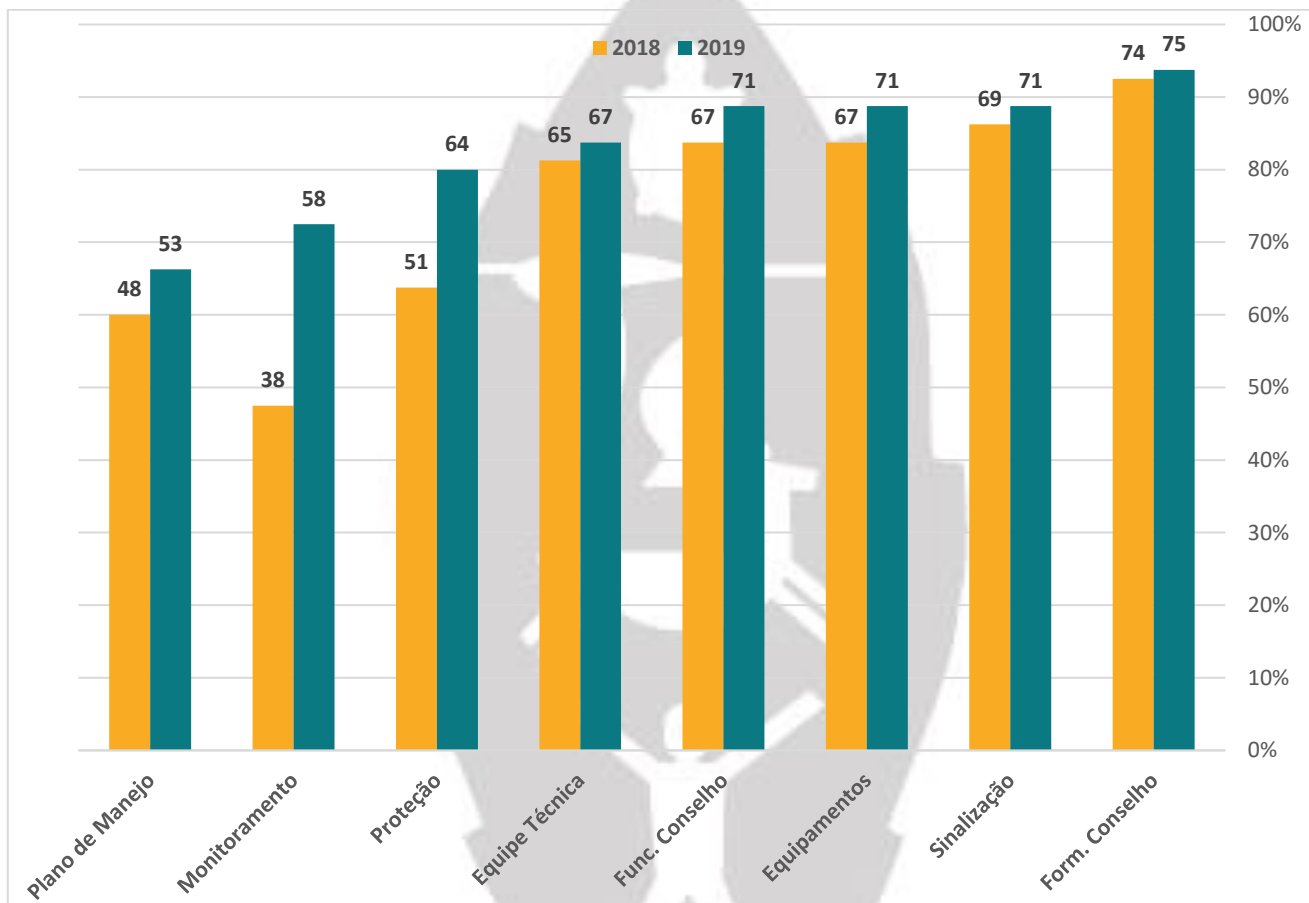


Figura 3 – Quantidade de UCs Grau I que atingiram cada Marco Referencial em 2018 e 2019.

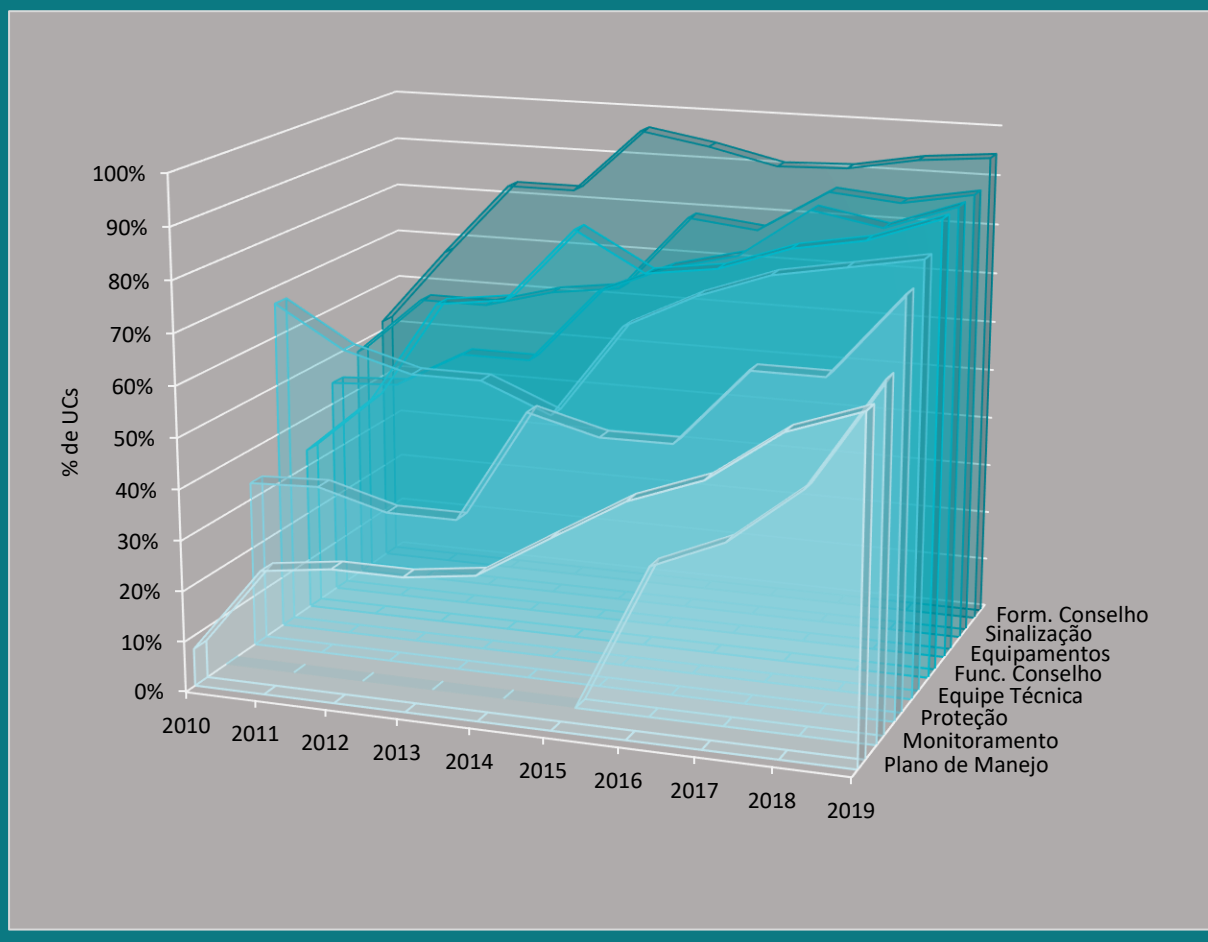
Observa-se que todos os MR tiveram maior quantidade de UCs com metas alcançadas em 2019 se comparado ao ano anterior, com destaque para Proteção e Monitoramento, cujo aumento percentual de UCs consolidadas foi de 16% e 25%, respectivamente. Tais resultados podem ser consequência da alocação de recursos no PO 2018/2019 para a coordenação dos programas de proteção e de monitoramento de UCs federais, que permitiram maior eficiência na execução dos recursos doados para alcance das metas. Isso deve ser estudado em outro momento para verificação da hipótese.

⁷ A análise considera um total de 79 UCs Grau I, das quais 77 entregaram a FAUC 2019 até a data de elaboração do relatório. Para as que não entregaram, foram considerados dados da FAUC 2018.

Box 1. 10 ANOS DE APLICAÇÃO DA FAUC

// Avanço de metas nos Marcos Referenciais //

Em 2019, pelo menos 80% das UCs grau I alcançaram metas em 6 de 8 MRs. Em 2010 o MR com maior valor percentual de UCs com metas cumpridas era o de Equipe Técnica com 67%. O gráfico abaixo mostra a evolução:



Todavia, a concentração de esforços, principalmente nos MRs de Plano de Manejo, Monitoramento e Proteção, deve continuar no próximo biênio. Além dos alcances de metas para cada marco, o gráfico da Figura 4 permite visualizar também a quantidade de avanços, manutenções e retrocessos de cenários:

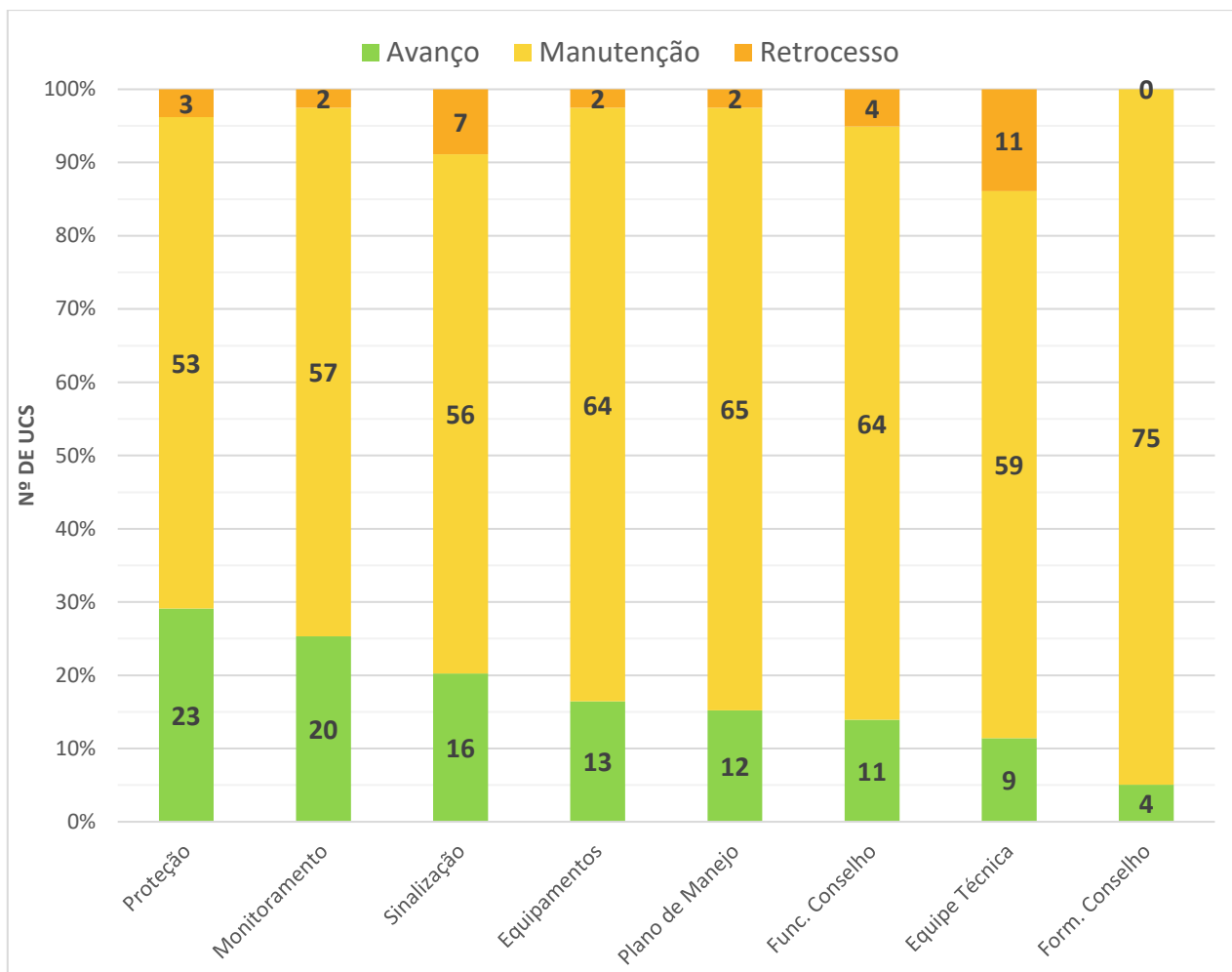


Figura 4 - Quantidade de UCs Grau I com Avanço, Manutenção ou Retrocesso de Cenário para cada MR.

É possível visualizar na figura anterior que houve avanço em todos os MR analisados, com pelo menos 10% das UCs Grau I estudadas avançando nos MR, com exceção dos marcos envolvendo Formação de Conselho. Ressalta-se, porém, que o avanço nesse marco tende a ser menor visto que 95% das UCs estudadas já alcançaram meta de Formação de Conselho⁸.

Verificou-se também que houve retrocesso para todos os MR, exceto para Formação de Conselho, com destaque para Equipe Técnica, que apresentou saldo negativo igual a 2 UCs. Diante do contexto político-econômico, os OG vêm enfrentando problemas na manutenção de suas equipes e do orçamento, o que reflete na diminuição de pessoal dedicado exclusivamente às UCs. Esses casos

⁸ **Cenário-Meta:** O Conselho foi formado e a sua existência formalmente reconhecida através da publicação de portaria pelo órgão gestor.

serão melhor estudados e detalhados para verificar possíveis soluções junto aos OG, reforçando a necessidade de manutenção de equipe em quantidade apropriada para as UCs, visto que essa é uma das Condições de Desembolso do Programa ARPA.

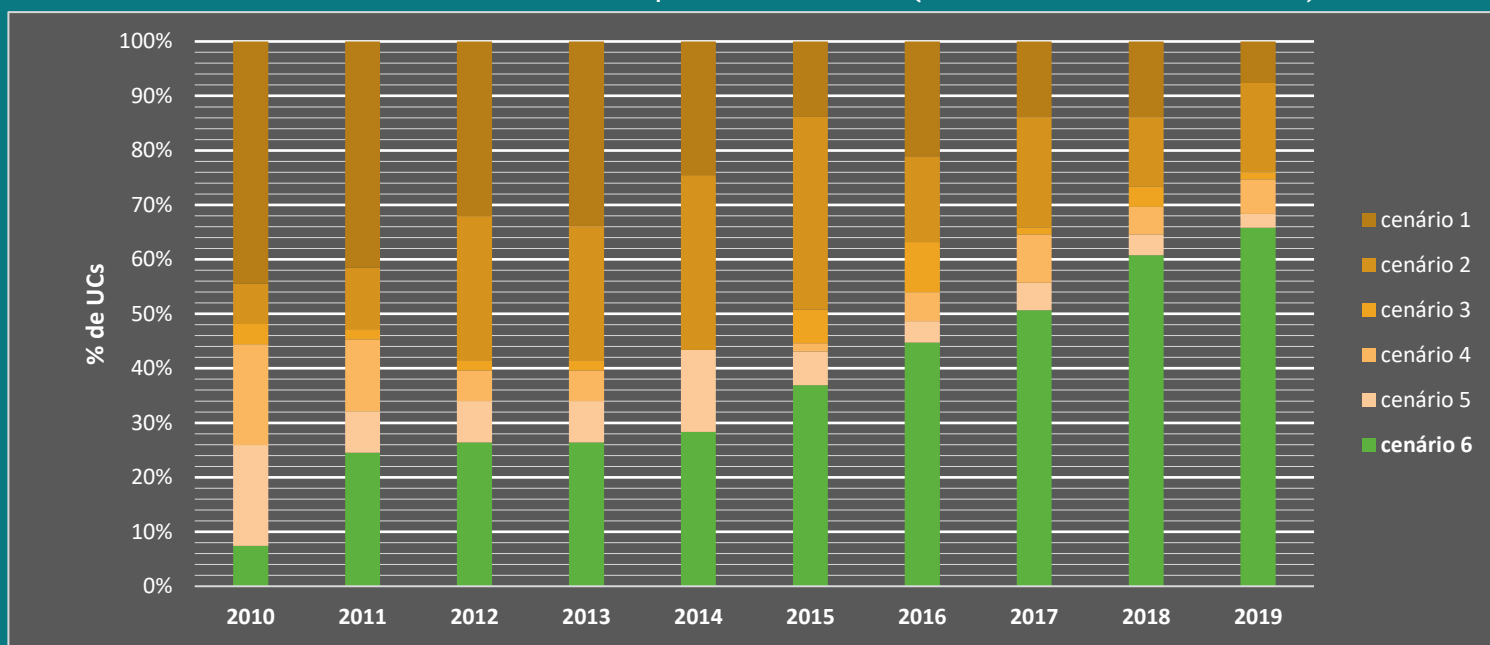
De modo geral, verifica-se bons desempenhos na maioria dos MR, o que pode indicar a efetividade do Programa para a contínua consolidação das UCs Grau I. Em resumo, foram 108 avanços de cenários, 493 manutenções e 31 recuos, os quais passam por análise de modo a permitir reconhecer os motivos dos retrocessos.

Apesar de os retrocessos serem o cenário mais indesejável na avaliação da FAUC, a manutenção de cenários dentro de cada Marco Referencial pode indicar certa estagnação. Porém, de modo geral, a análise de evolução nos cenários dos Marcos Referenciais indica que os recursos aportados ao longo dos anos no ARPA permitiram a evolução dos resultados:

Box 2. 10 ANOS DE APLICAÇÃO DA FAUC

// Evolução dos cenários no MR de Plano de Manejo //

A elaboração do Plano de Manejo possui menos UCs com metas alcançadas como observado anteriormente. Porém, observa-se neste MR que há avanços de cenário ao longo dos anos de aplicação da FAUC com cada vez menos UCs alocadas nos primeiros cenários (barras marrons mais escuras):



- 1- O processo de elaboração do plano de manejo não está organizado ou estruturado.
- 2- O processo de elaboração do plano de manejo está organizado e estruturado.
- 3- Todas as expedições de campo para a etapa de diagnóstico foram realizadas.
- 4- A etapa de diagnóstico está concluída e os relatórios técnicos redigidos.
- 5- A etapa de planejamento está concluída e o documento final redigido.
- 6- **(Meta) o plano de manejo está aprovado pelo órgão gestor e publicado.**

Para complementar a informação do box anterior, consultar os gráficos do ANEXO 2 – Evolução de Cenários. Em resumo, eles mostram que, a despeito da consolidação das UCs estar aquém do planejado em um cenário em que todas deveriam se consolidar em 2019, é visível o avanço que o Programa ARPA permitiu ao longo dos 10 anos de aplicação da FAUC quando os dados são destrinchados em nível de evolução dos cenários.

Nesse sentido, como as metas de planejamento previstas segundo o Plano de Consolidação das UCs não serão completamente alcançadas neste ano, será proposto, no item sobre a Condição de Desembolso 4 (Apresentação dos Planos de Consolidação), novo planejamento baseado no tempo médio de consolidação das UCs do ARPA até o momento. Essa nova proposta é necessária por conta das metas ambiciosas de consolidação anteriormente acordadas, porém que não atenderam à realidade média das UCs do Programa.

Sobre os esforços de consolidação dos Marcos Referenciais, uma análise inicial sugere a priorização de ações que visem o alcance de metas sobretudo as de Plano de Manejo, de Monitoramento e de Proteção, para os quais os esforços podem alcançar cerca de 70% das metas, conforme Figura 5:

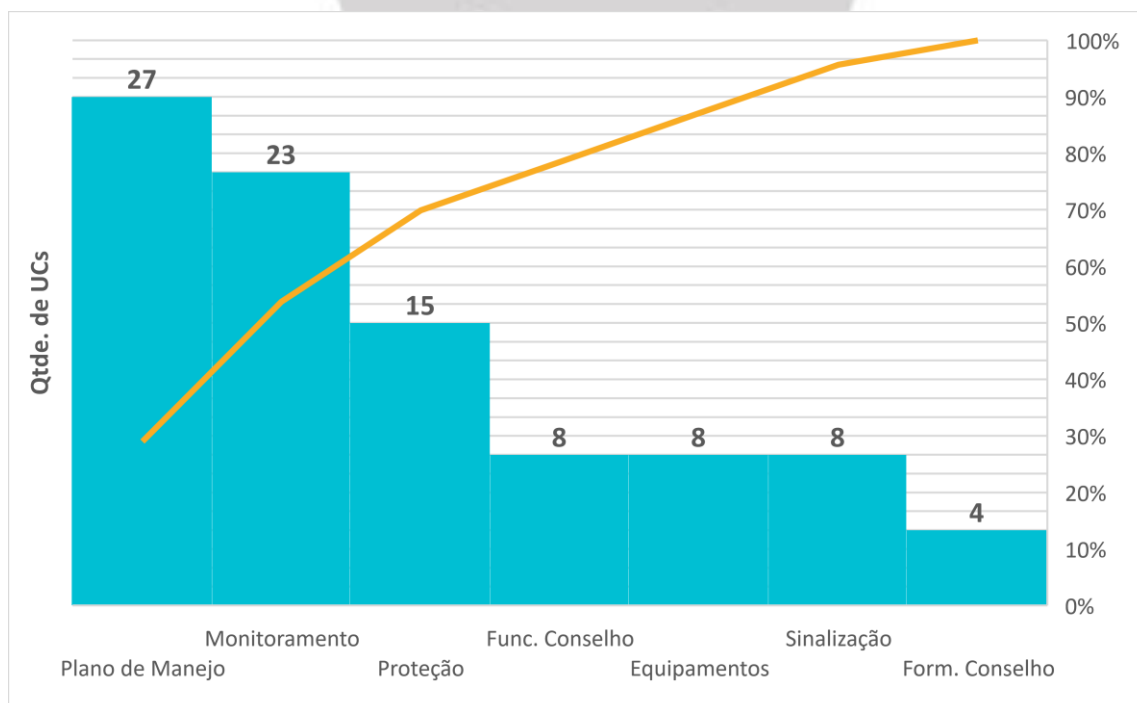


Figura 5 – Quantidade de UCs que ainda não alcançaram as metas de Grau I por MR. A linha amarela representa a porcentagem acumulada de UCs.

Para Monitoramento, ano a ano observa-se a evolução da implementação nas UCs sendo necessário garantir a continuidade das ações e investigar os maiores gargalos para o alcance de metas. No caso do Plano de Manejo e de Proteção, cabe ressaltar que houve avanço, conforme mostrado anteriormente, e, portanto, é preciso monitorar a continuidade deste avanço nos próximos semestres uma vez que são Marcos Referenciais que demandam um tempo maior para consolidação dadas as contratações necessárias para a elaboração dos planos.

1.2 UCs Grau II

De acordo com a Tabela 2, os Marcos Referenciais para Grau II e suas respectivas metas são:

Tabela 2 - Indicadores de Marcos Referenciais em UCs Grau I

Marco Referencial	Meta
Plano de Manejo	Plano de Manejo atualizado
Gestão Participativa	Conselho Capacitado e em Funcionamento
Sinalização	Manutenção e reforço da sinalização da UC em alinhamento com o Plano de Manejo
Demarcação	Materialização dos limites da UC em pontos estratégicos da UC demarcação
Situação fundiária	Levantamento da situação fundiária e preparação para ações de regularização fundiária
TC ou CCDRU	Construção e assinatura dos Termos de Compromisso ou Concessão de Direito Real de Uso
Pesquisa	Desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre desafios de manejos das UCs
Monitoramento	Implementação dos Protocolos de Monitoramento do Programa
Proteção	Proteção e Operacionalização da UC alinhada com o Plano de Manejo
Equipe Técnica	Equipe Técnica com no mínimo 5 funcionários
Equipamentos	Aquisição e manutenção de equipamentos
Instalações	Construção e manutenção da sede, centro de convivência

O desempenho de consolidação de 38 UCs em Grau II pode ser visualizado na Figura 6 abaixo:

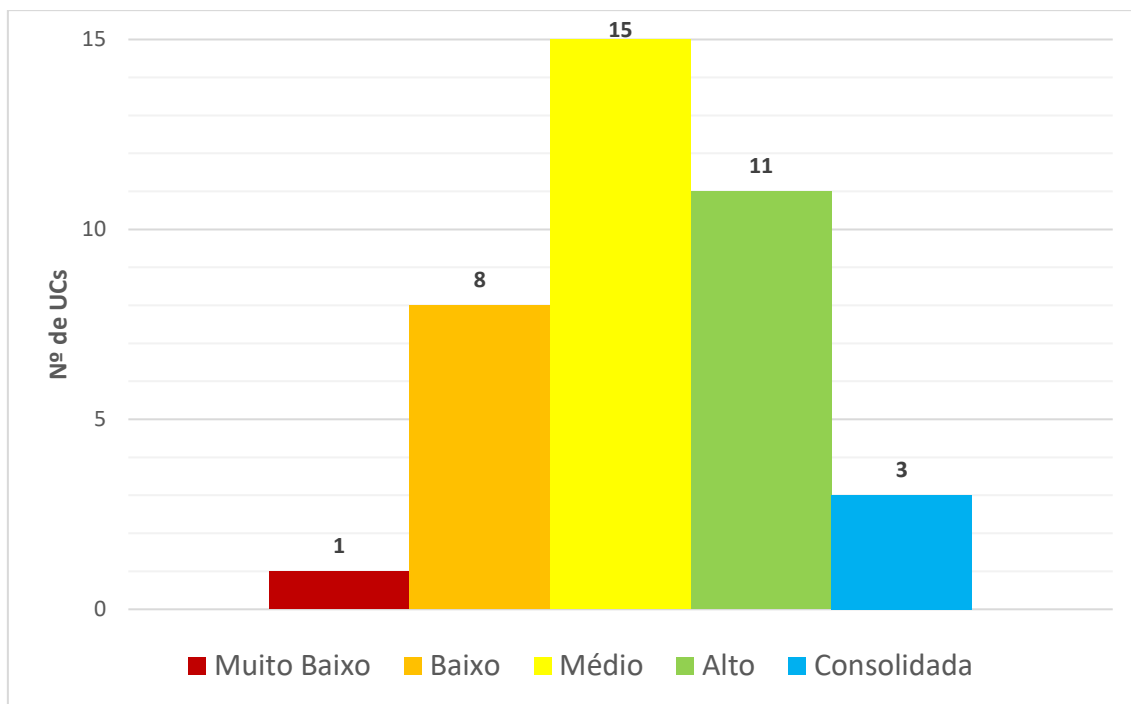


Figura 6 - Nível de Consolidação UCs Grau II. Dados FAUC 2019.

Para UCs Grau II ainda se observa uma distribuição das UCs concentrada em nível médio de consolidação. São 11 UCs próximas de se consolidarem e, para alavancar a evolução dessas unidades, a mesma estratégia em grau I é adotada a partir do diagnóstico marco a marco. Por fim, sabendo do desafio maior em consolidar mais MRs em Grau II que Grau I, será dada atenção especial às UCs com nível de consolidação baixo (8). Para a UC com nível muito baixo, a RESEX Verde Para Sempre, o contato com o OG é essencial, pois o desempenho vem sendo bem abaixo do esperado, sobretudo considerando a alta execução da unidade, que será visto mais adiante.

Com base nos dados compilados da FAUC 2019 também têm-se os resultados da Figura 7 abaixo, na qual observa-se que 6 MRs tiveram mais UCs atingindo suas metas para Grau II em relação ao ano anterior. Destacam-se aqui os MR de Equipamentos e de Proteção que avançaram em 18% e 10% a mais de UCs, respectivamente. Apesar de menos UCs com metas alcançadas, Demarcação e Pesquisa avançaram em 3 Unidades cada, cenário esse importante pois abrange MRs de difícil avanço no Programa.

No entanto, houve redução de UCs com metas alcançadas para os MRs de Revisão do Plano de Manejo, Sinalização, TC/CDRU, Fundiário e

Funcionamento de Conselho, o que será discutido de maneira mais aprofundada a partir do gráfico da Figura 8. Os marcos de Instalações e Elaboração do Plano de Manejo mantiveram-se estáveis, restando apenas que 3 UCs alcancem as metas.

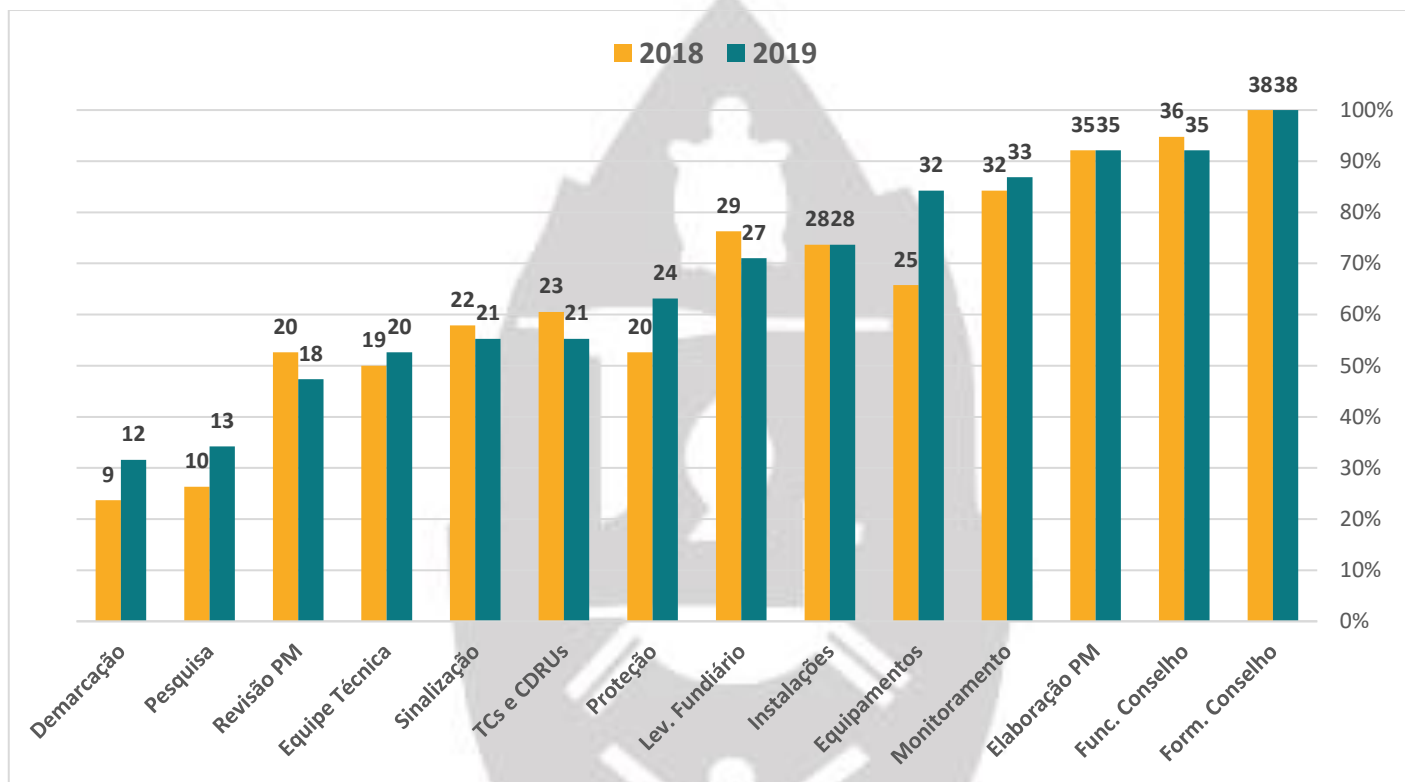


Figura 7 - Quantidade de UCs Grau II que atingiram cada Marco Referencial.

Na Figura 8, abaixo, é possível visualizar um panorama da situação das UCs com relação ao seus avanços, retrocessos e manutenção de cenários, bem como verificar quais MR ainda precisam consolidar-se:

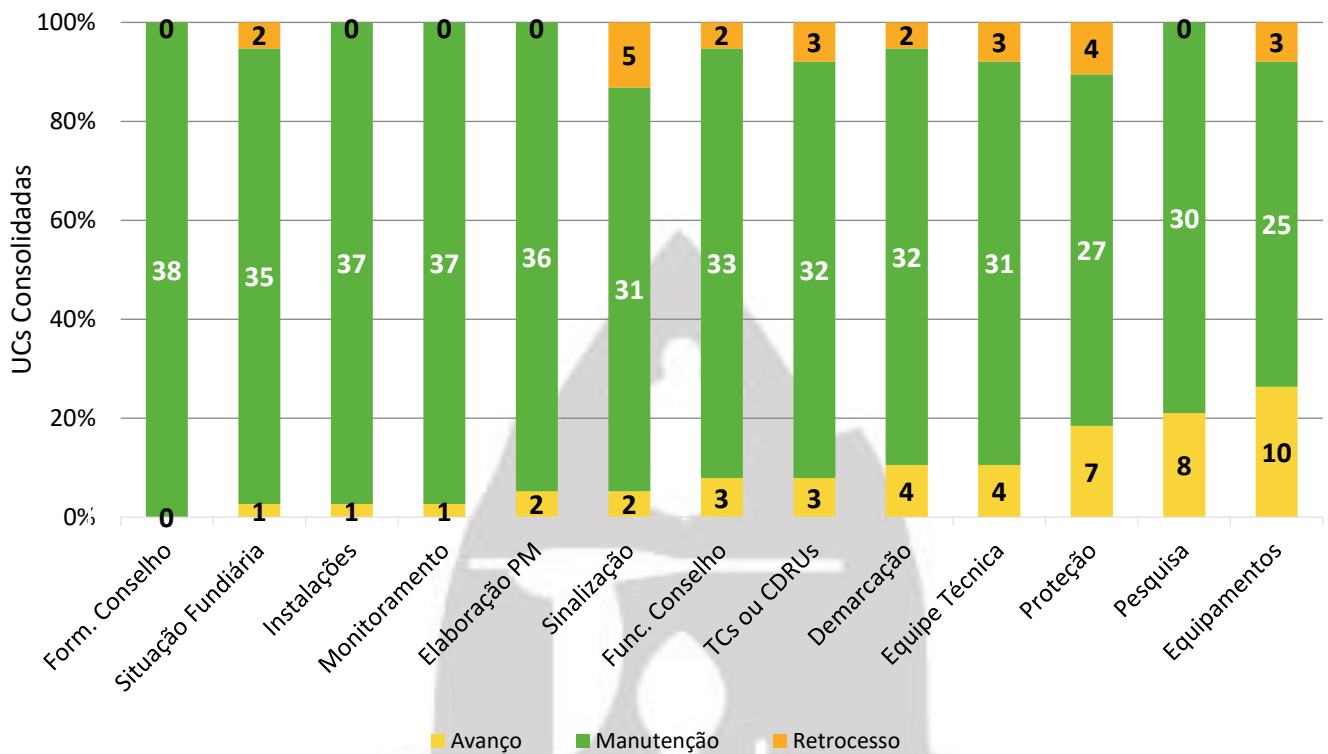


Figura 8 - Quantidade de UCs Grau II com Avanço e Manutenção de Cenário para cada MR.

Os dados acima mostram que houve retrocessos no período analisado à exceção dos MR de Elaboração do Plano de Manejo, Formação de Conselho, Instalações, Monitoramento e Pesquisa. Cabe lembrar que a revisão do Plano de Manejo com periodicidade de 5 anos não é necessariamente praticada pelos Órgãos Gestores uma vez que a avaliação de necessidade de revisão ocorre mediante análise do plano existente e sob demanda. Assim, uma nova abordagem deverá ser estudada e adotada para o Programa de modo a atender melhor as demandas de cada UC, com consequente redução de custos na modelagem para esse Marco Referencial.

Quanto aos outros MRs, são comuns os retrocessos em Sinalização e Funcionamento de Conselho. Este, por conta de renovação dos membros, o que exige novas capacitações e aquele, por conta de eventuais danos às placas por intempéries, danificação física etc., que exigem novas contratações para reposição de placas antigas. Para outros marcos não citados acima, uma análise caso a caso será feita, tal como proposto para as UCs Grau I.

Neste momento, é importante levantar os MRs com maiores passivos para alcance de meta em Grau II. Tal diagnóstico, apresentado na Figura 9, permitirá levantar os gargalos para a consolidação de UCs em grau II:

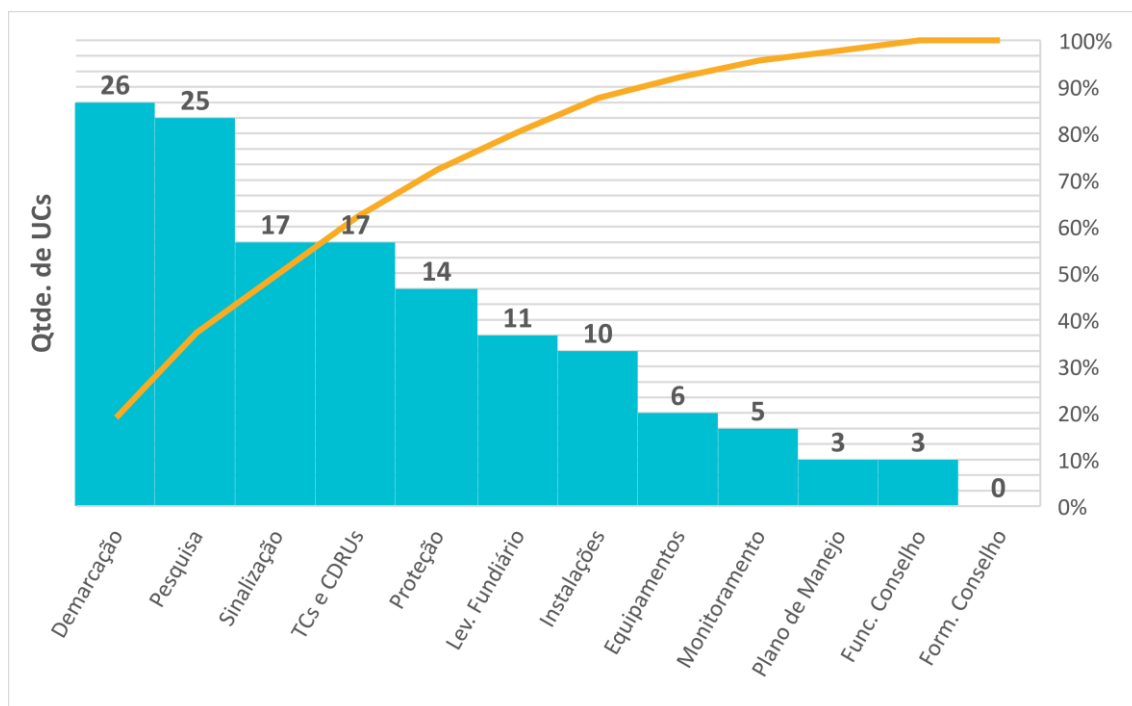


Figura 9 - Quantidade de UCs que ainda não alcançaram as metas de Grau II por MR.

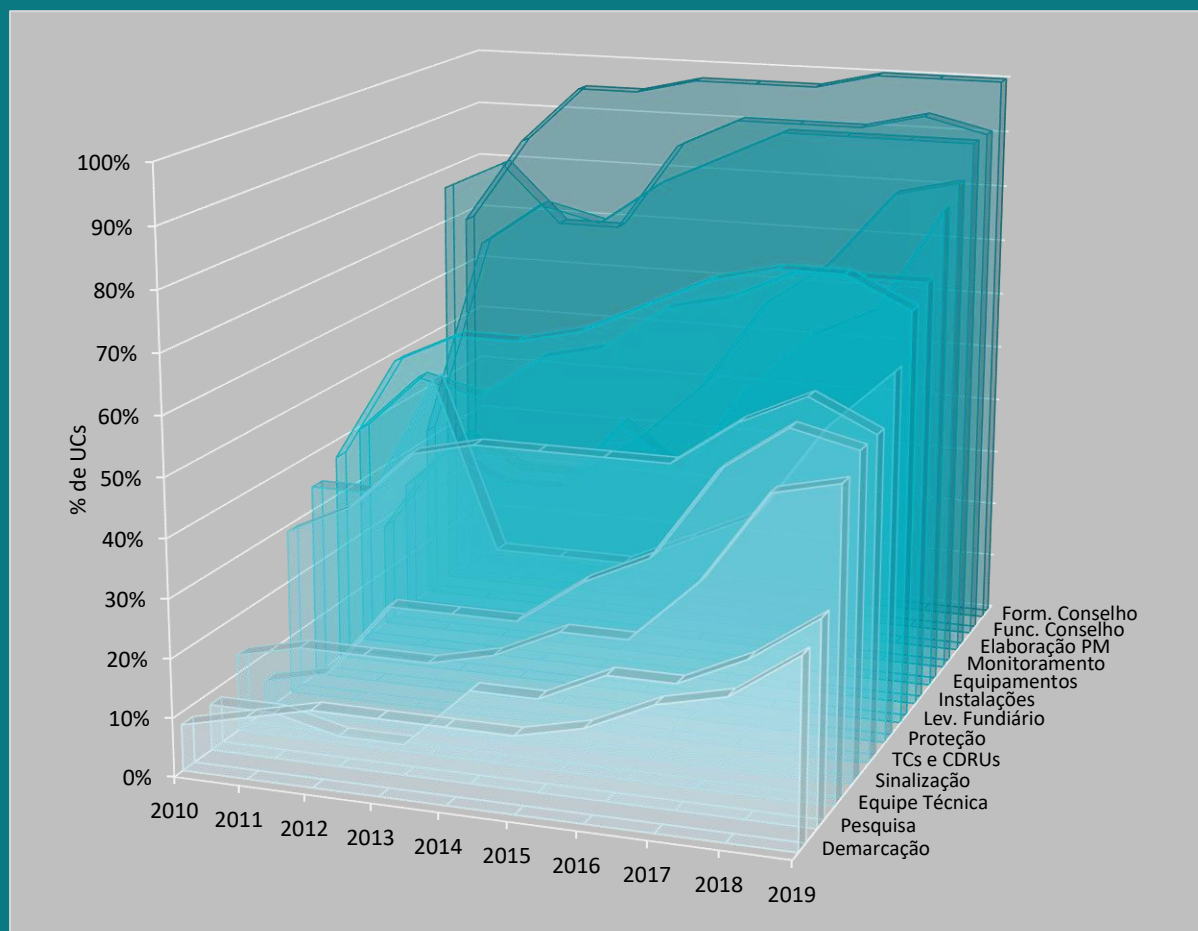
A princípio, para que 90% das metas sejam alcançadas, os 7 primeiros MRs com mais UCs atrasadas deverão ser pormenorizados com atenção especial para Demarcação, TCs e CDRUs, Levantamento Fundiário e Instalações. Estes 4 marcos citados normalmente levam mais tempo para consolidação e, portanto, são inicialmente os principais gargalos para a consolidação de UCs em Grau II.

Por outro lado, é preciso ressaltar os avanços dentro dos MRs, assim como feito para Grau I:

Box 3. 10 ANOS DE APLICAÇÃO DA FAUC

// Avanço de metas nos Marcos Referenciais //

Em 2011, a média era de 20% de UCs com alcance das metas nos Marcos. Ainda que o desafio de gestão seja grande para UCs Grau II, esse valor passou para 69% em 2019. O gráfico abaixo demonstra essa evolução:



1.3 Resultados Gerais – 117 UCs

Agrupando-se os resultados das UCs Grau I e II, chega-se a 39 UCs consolidadas (Figura 10) em um total de 117 ou aproximadamente 16,23 milhões de hectares, que é o equivalente a 27% da meta de 60 milhões de hectares consolidados em 2019. Apesar da meta estar aquém do estabelecido, há o potencial de consolidação de mais 42 Unidades em alto nível de consolidação, somando mais 20,1 milhões de hectares às UCs consolidadas (potencial de consolidação = 81 UCs ou 36,3 Mi ha):

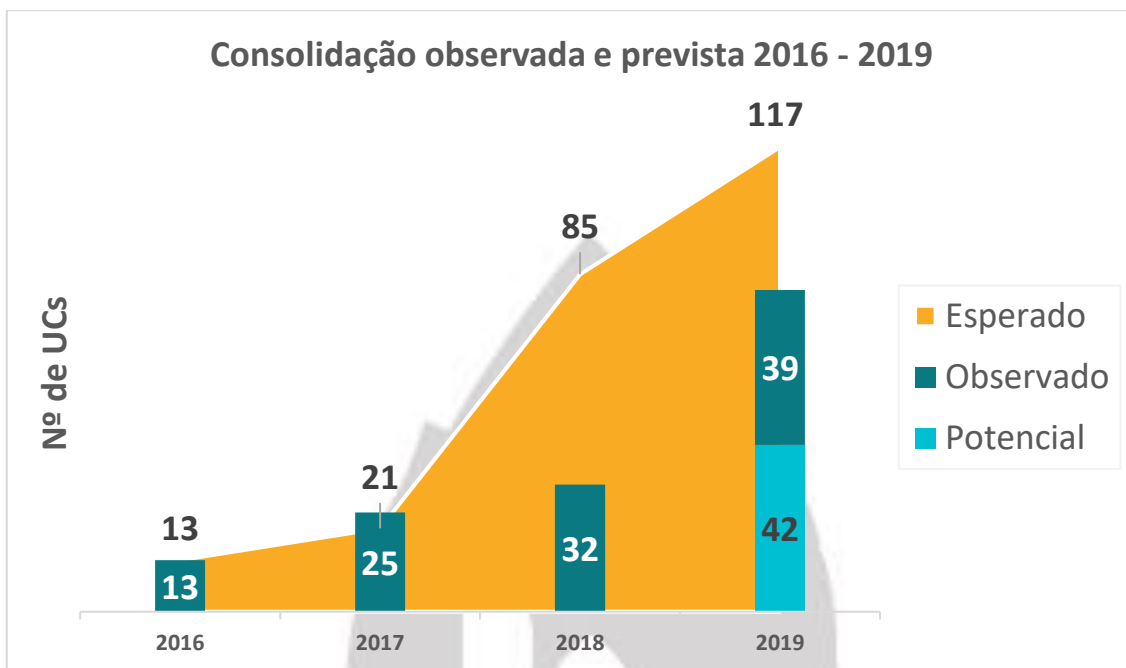


Figura 10 – Status de consolidação das UCs ARPA entre 2016 e 2019. Para este ano, foi adicionado o valor potencial de consolidação das UCs próximas de se consolidar

Importante sinalizar que foi elaborado um plano de ação para acelerar a consolidação das UCs, sobretudo aquelas mais próximas de se consolidarem com 1 ou 2 MRs restantes (alto nível de consolidação, segundo critérios adotados neste relatório). Para alavancar a consolidação até a próxima aplicação da FAUC, em 2020, pretende-se estabelecer prioridades de tarefas para os envolvidos (Funbio, Órgãos Gestores e UCP), bem como destacar as UCs críticas e com problemas que estão impedindo o avanço em suas metas a partir do diagnóstico das unidades com baixa execução no programa ou com execução proporcionalmente maior em relação a sua consolidação.

Ainda com relação à meta de consolidação em 2019, é preciso enaltecer os esforços coletivos e integrados de todos os envolvidos no Programa ARPA ao longo desses anos mostrando resultados importantes na evolução das UCs. A Figura 11 mostra o desempenho cada vez melhor das UCs desde 2010. Como exemplo, vê-se que, dentre as 65 UCs do Programa ARPA em 2010, 50 (~77%) estavam em nível baixo ou muito baixo de consolidação. Por outro lado, em 2019, das 117 UCs, apenas 13 (~11%) encontraram-se em tal estado. O Programa, portanto, soube absorver quase o dobro de UCs nesse período sem, no entanto, deixar de avançar consideravelmente nos níveis de consolidação das unidades apoiadas:

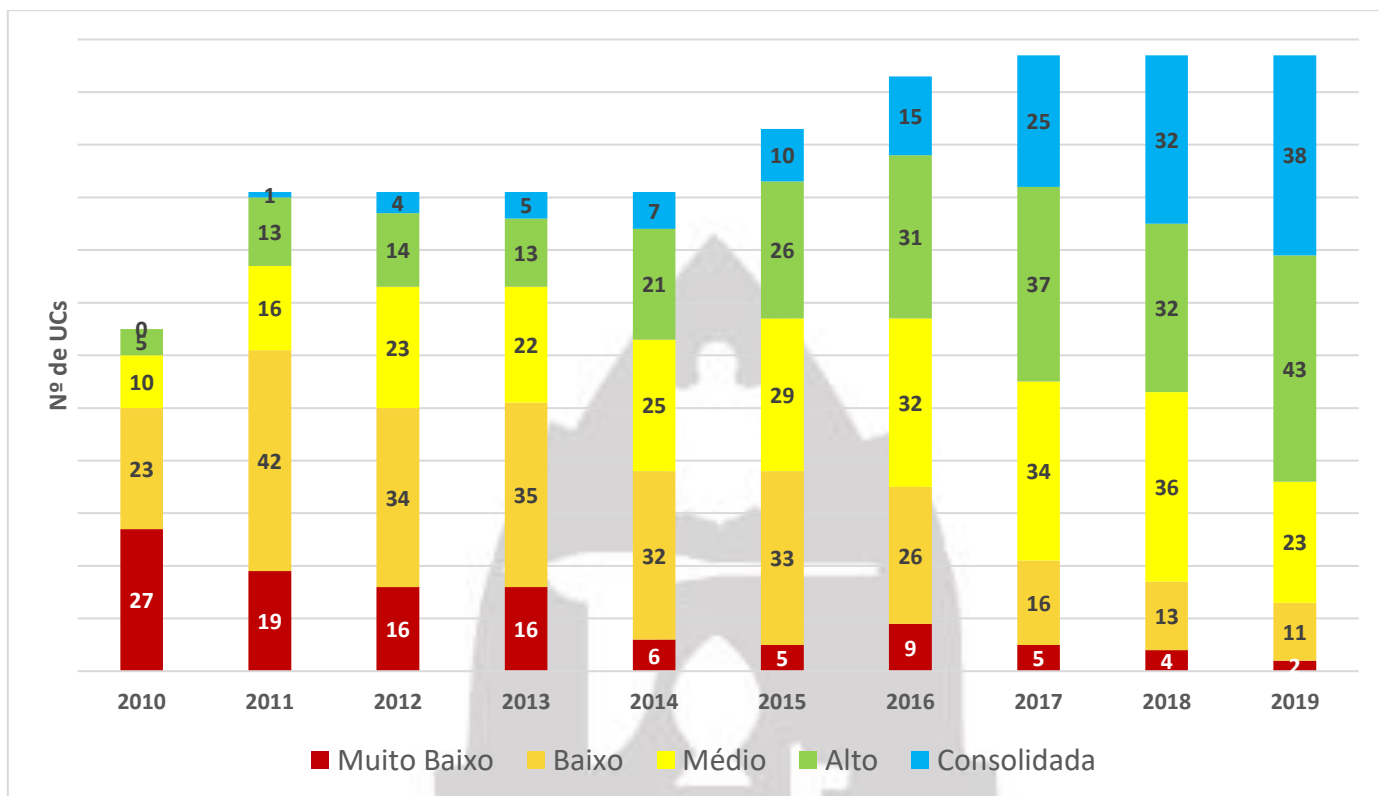


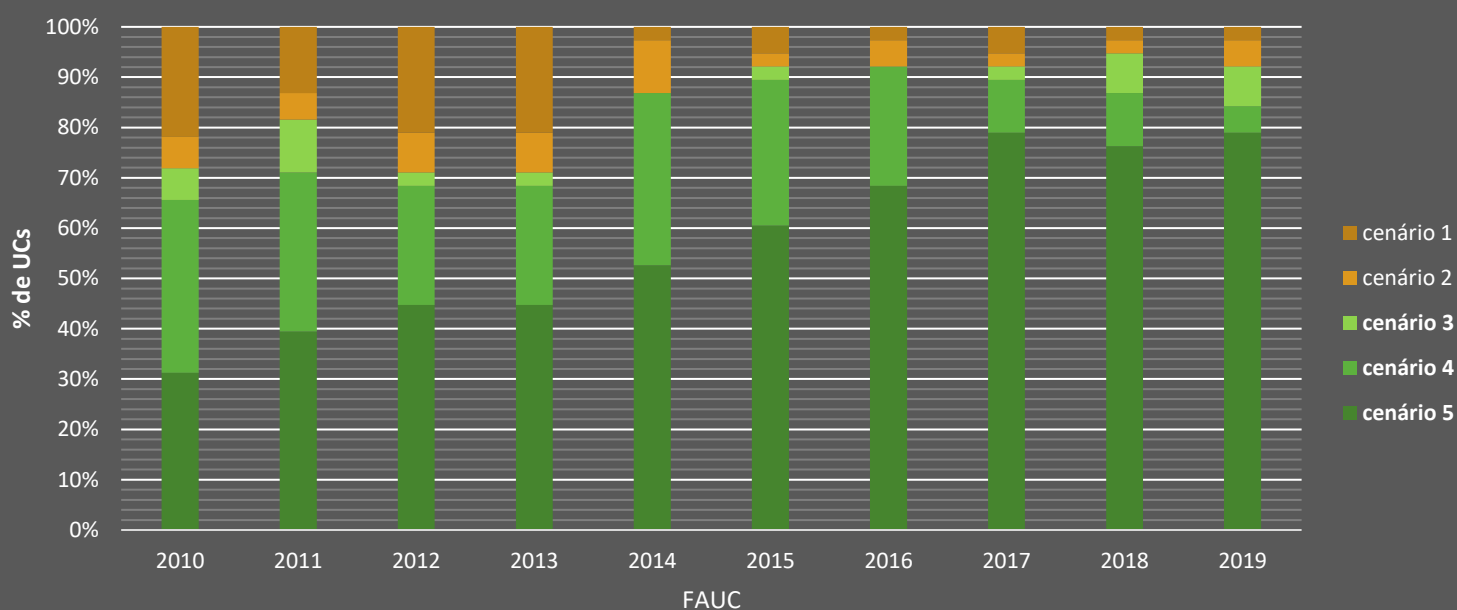
Figura 11 – Evolução do nível de consolidação das UCs ARPA entre 2010 e 2019.

Outrossim, é importantíssimo apresentar os resultados dentro dos Marcos Referencias, assim como já fora realizado para Grau I (ANEXO 2 – Evolução de Cenários). Tomando como exemplo o Funcionamento de Conselho, vê se que as UCs chegam a superar a meta mínima estabelecida (ver Box 3).

Box 3. 10 ANOS DE APLICAÇÃO DA FAUC

// Evolução dos cenários no MR de Funcionamento de Conselho //

A partir de aprox. 72% de UCs Grau II com metas alcançadas em 2010 (barras verdes), chegou-se no valor de +90% em 2019. Além disso, a meta mínima para este MR é o cenário 3, porém quase 80% das UCs alcançaram o cenário máximo (5) em 2019. Esse valor era de quase 32% em 2010, mostrando que o ARPA permite ir além das metas mínimas acordadas.



- 1- O Conselho Gestor não possui Regimento Interno.
- 2- O Conselho Gestor possui Regimento Interno.
- 3- **(Meta mínima) O Conselho Gestor passou por um processo de capacitação.**
- 4- **(Meta) O Conselho Gestor da Unidade se reúne regularmente de acordo com seu Regimento Interno.**
- 5- **(Meta) O Conselho Gestor contribui de forma efetiva com a gestão da Unidade.**

2 EXECUÇÃO FINANCEIRA BIÊNIO 2018/2019

2.1 Coordenação do Programa

Os dados de execução de Coordenação do Programa ARPA para o biênio encontram-se na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Execução de Coordenação do Programa ARPA, em R\$

	2018	2019	TOTAL	Planejado	% Execução
Coordenação do Programa (UCP/MMA) ⁹	260.577	161.513	422.090	1.999.880	21%

2.2 Recursos de Coordenação do ICMBio

Os dados de execução de Coordenação para o ICMBio encontram-se na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 - Execução de Coordenação para o ICMBio

	2018	2019	TOTAL	Planejado	% Execução
ICMBio Sede - Coordenação Geral de Proteção Ambiental	128.117	79.698	207.815	1.198.353	17%
ICMBio Sede - Coordenador Geral de Gestão Socioambiental	1.062	14.179	15.241	619.988	2%
ICMBio Sede - Coordenação Geral de Consolidação Territorial	4.372	672.196	676.568	1.026.661	66%
ICMBio Sede - Monitoramento Ambiental	-	369.481	369.481	3.173.944	12%
ICMBio Sede - Diretoria de Criação e Manejo de UCs	27.097	22.480	49.577	2.823.570	2%

Este biênio inaugurou o rateio de recursos das UCs para a coordenação e gestão de Marcos Referenciais não relacionados ao Programa de Monitoramento, o qual já seguia esse modelo desde a Fase II. Ainda não é possível realizar uma análise sobre os benefícios da implementação dessa estratégia dado o curto tempo para observar resultados na FAUC.

⁹ Valores do MMA referentes ao POA 2017/2018, uma vez que o PO de 2018/2019 ainda não estava vigente até a publicação desse relatório.

No entanto, se for considerado o recurso executado para a coordenação do monitoramento ambiental, inclusive somado o da Fase II¹⁰, os avanços observados na implementação do MR demonstram a importância desses arranjos para a consolidação das UCs. No caso do Monitoramento, 53 UCs Federais (73,5%) e 38 UCs Estaduais (84,3%) alcançaram a meta para o MR em 2019, segundo dados da FAUC, sendo um dos que mais cresceram nos últimos anos.

Nos próximos anos, será importante acompanhar o desenvolvimento dos outros marcos referenciais relacionados à Coordenação Geral de Consolidação Territorial que são Sinalização, Levantamento Fundiário e Demarcação. Estes dois últimos são grandes gargalos para a consolidação de UCs grau II e uma ação coordenada poderá alterar esse cenário.

Ao mesmo tempo, demonstrada a importância dos recursos de coordenação, a sua continuidade é relevante e, assim como a estratégia financeira do ARPA prevê a sustentabilidade financeira das UCs, a busca por estratégias de sustentabilidade financeira desses órgãos também.

2.3 Criação de UCs

Os dados de execução para Criação de UCs com o apoio do Programa ARPA no biênio em questão encontram-se na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 - Execução para Criação com apoio do Programa ARPA, em R\$

Processo de Criação	OG	Entrada	2018	2019	Total	Planejado	% Execução
RDS Boiaçu	RR	abr/17	8.496	178.850	187.346	303.303	62%
RDS Xeruíni	RR	jul/17	6.018	222.299	228.317	300.370	76%
PE Catrimani	RR	jul/17	5.310	199.016	204.326	260.320	78%
REBIO Marajó Central	PA	abr/17		291.577	291.577	291.577	100%
RDS Saracá-Piranga	AM	abr/17	5.045	111.346	116.390	120.284	97%
RDS do Piranha	AM	abr/17	-	195.240	195.240	195.240	100%
REBIO Pauini	AM	jul/17	-	218.469	218.469	260.320	84%
RESEX Mamiá	AM	jul/17	-	205.875	205.875	236.291	87%
Zona costeira / Mar territorial	PA	abr/17	18.576	3.960	22.536	50.156	45%

¹⁰ Execução de R\$ 10.062.000 dos R\$ 30.205.756 planejados (33%).

RDS Campina	RR	abr/17	10.620	216.566	227.186	304.500	75%
PE das Nascentes	RR	jul/17	4.248	182.567	186.815	260.320	72%
RDS Itapará	RR	abr/17	10.797	216.035	226.832	301.003	75%
RDS Rio Manicoré	AM	abr/17	-	-	-	94.535	0%
Vale do Rio Corda	TO	abr/17	-	-	-	-	-
			69.110	2.241.800	2.310.909	2.978.219	78%

A criação de UCs com apoio do ARPA será melhor discutida na Condição de Desembolso nº 8, que trata do assunto. Por hora, verifica-se que a média de execução é de 74%. Esse recurso foi empregado para elaboração de estudos necessários para criação, reuniões e consulta à sociedade. Contudo estas são etapas necessárias e técnicas, sendo que a criação de uma nova UC é concluída com a publicação de um ato legal, que depende não apenas dos estudos técnicos, mas também de oportunidade política.

2.4 Manutenção de UCs Consolidadas

Os dados de execução para UCs Consolidadas no biênio encontram-se na Tabela 6 a seguir:

Tabela 6 - Execução para UCs consolidadas, em R\$

ID CNUC	Unidade de Conservação	2018	2019	Total	Planejado	% Execução
58	ESEC Maracá-Jipioca	330.251	128.693	458.944	922.007	50%
60	ESEC Niquiá	254.821	134.063	388.884	1.320.292	29%
136	PARNA Amazônia	280.725	319.000	599.724	1.332.197	45%
149	PARNA da Serra do Divisor	270.271	194.432	464.703	1.245.537	37%
188	PARNA da Serra da Cutia	282.889	102.779	385.668	1.113.999	35%
189	PARNA Serra da Mocidade	241.298	138.409	379.707	1.380.242	28%
194	REBIO Do Abufari	285.204	106.189	391.392	1.325.424	30%
206	REBIO do Guaporé	368.480	190.409	558.888	1.289.438	43%
218	RDS Itatupã-Baquiá	207.346	92.352	299.698	765.948	39%
221	RESEX Barreiro das Antas	166.024	207.814	373.838	810.622	46%
235	RESEX Médio Juruá	188.722	108.091	296.812	878.702	34%
238	RESEX Rio Cautário	482.449	190.405	672.854	1.123.874	60%
259	RESEX Tapajós-Arapiuns	353.247	175.316	528.562	1.107.281	48%
279	RESEX Cururupu	14.166	351.836	366.002	683.856	54%
281	PARNA do Juruena	284.057	166.782	450.839	2.504.784	18%
283	RESEX Rio Unini	245.599	125.598	371.196	980.707	38%

285	RESEX Arapixi	148.869	64.099	212.968	1.501.326	14%
764	ESEC Samuel	438.110	122.260	560.370	1.554.084	36%
765	PE Guajará-Mirim	681.819	530.184	1.212.002	1.896.909	64%
772	RESEX do Rio Pacaas Novos	879.628	194.129	1.073.757	1.999.984	54%
774	PE Serra dos Reis	581.496	117.829	699.324	1.665.085	42%
775	RESEX Estadual Rio Cautário	424.413	88.706	513.119	1.539.102	33%
777	RESEX Rio Preto Jacundá	481.255	205.258	686.512	1.603.047	43%
987	RDS Piagaçu-Purus	635.060	138.188	773.249	1.487.873	52%
988	RDS Rio Amapá	470.341	121.477	591.818	1.329.414	45%
989	RDS Uacari	675.647	142.522	818.169	1.645.510	50%
990	RDS Uatumã	535.092	412.845	947.937	1.654.762	57%
1004	Mosaico do Apuí	446.781	369.895	816.676	5.025.791	16%
1021	PE Serra dos Martírios/Andorinhas	243.894	83.490	327.384	949.588	34%
1487	PE do Cantão (GRAU2)	247.673	236.100	483.772	2.816.386	17%
1506	RESEX Rio Gregório	278.468	137.469	415.937	1.003.787	41%
1606	RESEX Médio Purus	471.464	160.047	631.512	1.376.812	46%
1626	PN Nascentes do Lago Jari	166.185	305.917	472.103	882.946	53%
1633	PARNA Mapinguari	776.179	259.758	1.035.937	1.762.485	59%
1730	RDS Rio Negro	273.978	111.443	385.421	911.185	42%
1732	RDS Igapó-Açu	197.341	118.807	316.148	1.565.243	20%
1733	RESEX Canutama	363.920	111.679	475.599	1.166.421	41%
1736	PE do Matupiri/RDS Matupiri	395.794	453.993	849.787	1.491.126	57%
		24.423.793	19.075.990	43.499.783	115.461.389	38%

Apesar de a execução média ainda estar baixa (38%), é preciso considerar que o último semestre possui maiores solicitações e o crescimento observado certamente terá tendência exponencial, dadas as observações de biênios anteriores. No biênio 2016/2017, por exemplo, a execução de UCs consolidadas foi de 81,7%.

2.5 Consolidação de UCs

2.5.1 Grau I

Os dados de execução para UCs grau I em consolidação no biênio encontram-se na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7 - Execução para UCs grau I em processo de consolidação, em R\$

ID CNUC	Unidade de Conservação	2018	2019	Total	Planejado	% Execução
56	ESEC Jutaí Solimões	309.791	164.745	474.536	888.089	53%
67	ESEC Jari	265.840	157.175	423.015	1.153.789	37%
163	PARNA de Pacaás Novos	295.474	184.739	480.213	1.123.163	43%
174	PARNA do Monte Roraima	42.770	563.621	606.391	1.133.590	53%

216	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	310.958	114.608	425.566	1.341.303	32%
223	RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso	45.580	72.256	117.836	392.309	30%
227	RESEX Maracanã	66.416	215.174	281.590	452.324	62%
228	RESEX São João da Ponta	225.102	116.941	342.043	395.533	86%
239	RESEX Rio Jutai	126.608	17.600	144.208	1.667.908	9%
241	RESEX Ipaú-Anilzinho	196.968	91.811	288.779	894.918	32%
243	RESEX Mãe Grande Curuçá	19.157	123.979	143.136	392.631	36%
244	RESEX Mapuá	121.447	41.277	162.724	578.180	28%
257	RESEX Riozinho da Liberdade	134.539	251.414	385.954	709.655	54%
264	PARNA Rio Novo	496.315	135.237	631.552	1.478.327	43%
273	RESEX Arioca-Pruanã	82.415	66.211	148.626	832.410	18%
274	RESEX Alto Tarauacá	294.720	110.932	405.652	949.529	43%
282	RESEX Terra Grande-Pracuúba	199.806	102.400	302.206	730.373	41%
292	RDS do Iratapuru	100.103	78.302	178.405	954.975	19%
448	PE Serra Ricardo Franco	97.963	68.168	166.130	969.992	17%
451	ESEC Rio Ronuro	69.047	125.568	194.614	859.136	23%
463	RESEX Guariba-Roosevelt	82.595	64.632	147.226	747.843	20%
470	PE Xingu	169.161	219.715	388.876	950.693	41%
768	ESEC Antonio Mujica Nava/Serra dos Três Irmãos	601.537	569.319	1.170.856	1.797.618	65%
981	RDS Amanã	431.220	560.816	992.036	1.932.807	51%
986	RDS Mamirauá	522.887	191.718	714.605	1.565.283	46%
1006	PE Rio Negro Setor Sul/RDS Puranga Conquista	338.458	452.426	790.884	1.534.276	52%
1033	REBIO Maicuru	204.825	104.627	309.451	965.094	32%
1034	ESEC Grão Pará	166.837	265.813	432.650	1.073.923	40%
1518	RESEX Rio Cajari	130.621	355.772	486.393	1.066.417	46%
1573	RDS do Juma	253.132	361.311	614.443	1.413.443	43%
1628	RESEX Ituxi	508.459	149.553	658.012	1.111.703	59%
1810	RESEX Renascer	585.154	297.967	883.121	1.513.293	58%
1899	ESEC do Rio Roosevelt	37.075	36.833	73.907	951.170	8%
1977	RDS do Rio Madeira	233.415	101.722	335.137	1.137.044	29%
3131	ESEC Alto Maués	48.338	273.957	322.295	1.305.299	25%
3132	RESEX Marinha Mocapajuba	177.212	125.144	302.356	471.645	64%
3133	RESEX Marinha Mestre Lucindo	116.728	120.400	237.128	394.601	60%
TOTAL		8.108.670	7.053.881	15.162.551	37.830.285	40%

2.5.2 Grau II

Os dados de execução para UCs grau II em consolidação no biênio encontram-se na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 - Execução para UCs grau II em processo de consolidação, em R\$

ID CNUC	Unidade de Conservação	2018	2019	Total	Planejado	% Execução
47	ESEC Terra do Meio	346.659	562.990	909.650	2.545.446	36%
49	PARNA de Anavilhanas	331.902	221.105	553.008	1.569.423	35%
57	ESEC Maracá	467.294	132.200	599.495	1.660.020	36%
68	ESEC Rio Acre	174.447	142.822	317.269	1.293.916	25%
72	ESEC Juami Japurá	346.916	161.082	507.998	2.037.743	25%
151	PARNA Serra do Pardo	292.651	775.702	1.068.353	2.405.217	44%
169	PARNA Cabo Orange	569.676	691.961	1.261.638	2.476.169	51%
173	PARNA Jaú	682.686	421.420	1.104.106	2.220.554	50%
179	PARNA Viruá	459.019	252.381	711.400	1.726.580	41%
187	PARNA Montanhas do Tumucumaque	356.578	404.414	760.992	1.806.202	42%
207	Rebio Gurupi	739.597	425.778	1.165.374	2.809.893	41%
208	REBIO Jarú	631.429	296.766	928.195	3.862.729	24%
209	REBIO Lago Piratuba	733.263	499.680	1.232.943	2.656.000	46%
210	REBIO Rio Trombetas	396.450	171.581	568.030	1.686.392	34%
211	REBIO Tapirapé	301.539	153.317	454.856	1.125.458	40%
213	REBIO Uatumã	501.861	231.323	733.185	1.594.943	46%
220	RESEX Auati-Paraná	179.486	433.384	612.870	2.493.884	25%
222	RESEX Chico Mendes	477.160	649.438	1.126.598	3.015.058	37%
230	RESEX Baixo Juruá	507.849	367.751	875.600	1.959.604	45%
232	RESEX Cazumbá-Iracema	513.435	339.624	853.059	1.767.561	48%
242	RESEX Lago do Capanã Grande	256.646	120.246	376.893	1.017.970	37%
256	RESEX Rio Ouro Preto	494.520	279.202	773.722	1.354.260	57%
258	RESEX Riozinho do Anfrísio	446.491	529.950	976.442	2.870.889	34%
260	RESEX Verde para Sempre	799.818	464.930	1.264.749	2.661.350	48%
267	PARNA Jamaxim	571.032	538.279	1.109.311	2.419.570	46%
280	RESEX Rio Iriri	321.322	331.723	653.045	2.610.451	25%
284	PARNA Campos Amazônicos	422.280	238.235	660.515	1.535.051	43%
455	PE Igarapés do Juruena	272.704	89.490	362.193	2.207.836	16%
939	PE Chandless	771.801	175.567	947.368	2.807.468	34%
985	RDS Cujubim	624.594	354.235	978.829	1.807.896	54%
991	RESEX Catuá-Ipixuna	249.837	212.257	462.094	1.691.195	27%
1007	PE Rio Negro Setor Norte	410.825	142.546	553.371	1.351.941	41%
1495	PE Corumbiara	1.018.509	392.679	1.411.188	2.736.620	52%
1635	RESEX Rio Xingu	524.365	677.701	1.202.066	5.450.621	22%
1901	PE Cristalino I e II	120.481	140.346	260.827	2.395.194	11%
TOTAL		16.315.123	12.022.108	28.337.232	77.631.104	37%

2.5.3 Resultados Gerais de Execução

Na Tabela 9, encontram-se os valores de execução das UCs do ARPA por OG entre 2010 e 2019, acompanhando o mesmo período de avaliação da

FAUC e incluindo valores executados para a Fase II, uma vez que a Fase III inicia-se apenas em 2014 e há uso de recursos concomitantemente entre fase II e III até o PO 2016/2017:

Tabela 9 – Execução das UCs ARPA entre 2010 e 2019, por órgão gestor:

OG	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL	Nº de UCs
AC	-	37.010	47.214	316.735	165.517	160.741	250.232	394.599	771.801	175.954	2.319.804	1
AP	-	-	-	32.672	81.991	20.369	100.220	343.884	100.103	78.302	757.541	1
AM	29.081	235.300	616.653	2.046.701	2.737.088	2.793.309	5.041.886	6.133.768	7.423.579	4.495.351	31.552.715	24
ICMBio	201.092	2.181.014	3.289.327	6.054.192	7.591.548	13.419.304	21.497.363	23.507.439	24.668.343	17.995.882	120.405.505	72
MT	4.305	28.402	52.734	390.877	250.225	239.746	1.166.417	707.086	849.023	744.750	4.433.565	7
PA	-	-	-	356.744	135.892	115.782	597.442	704.763	616.806	453.930	2.981.359	3
RO	27.982	185.367	165.842	510.858	876.016	1.881.734	2.990.000	3.512.500	5.467.525	2.220.363	17.838.187	8
TO	19.400	31.541	38.984	16.800	37.264	99.536	280.114	214.628	247.673	236.100	1.222.039	1
TOTAL	281.860	2.698.634	4.210.754	9.725.579	11.875.541	18.730.522	31.923.674	35.518.667	40.144.854	26.400.630	181.510.715	117

Também é possível observar a tendência de crescimento na execução no gráfico da Figura 12 abaixo. Apesar do valor mais baixo em 2019, é importante salientar que esses dados se referem à execução até maio de 2019 e, logo, devem saltar a valores próximos de R\$ 40 milhões até o fim do ano como já foi elucidado nos itens anteriores:

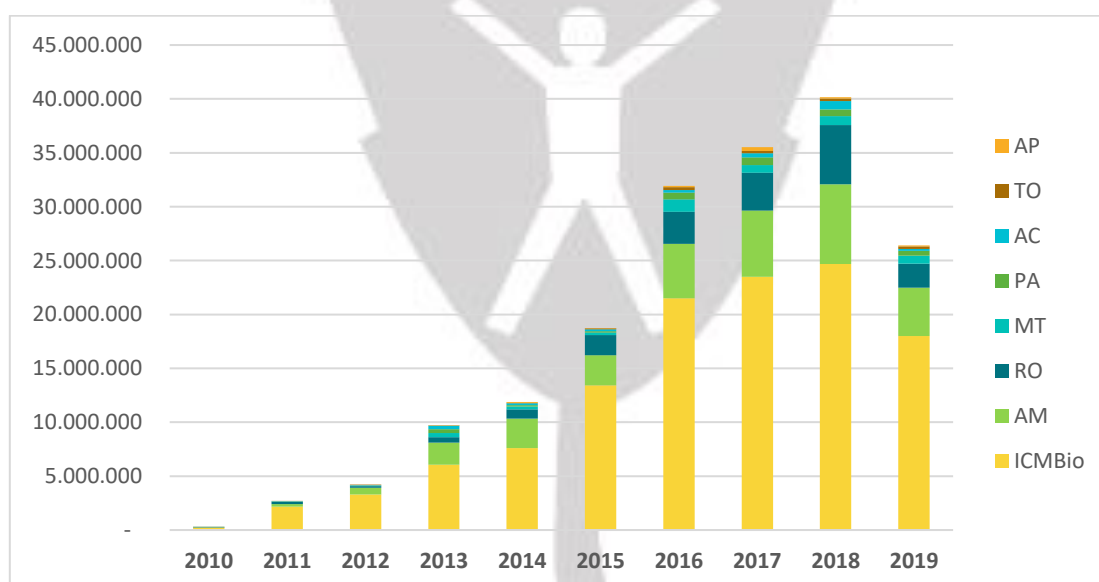


Figura 12 – Execução acumulada entre 2010 e 2019 para UCs do ARPA.

Por fim, os dados detalhados por UC¹¹ foram utilizados para comparar nível de execução no mesmo período da tabela anterior e evolução da consolidação no mesmo período para UCs que ainda não consolidaram. Os resultados para Grau I e II encontram-se nos gráficos abaixo:

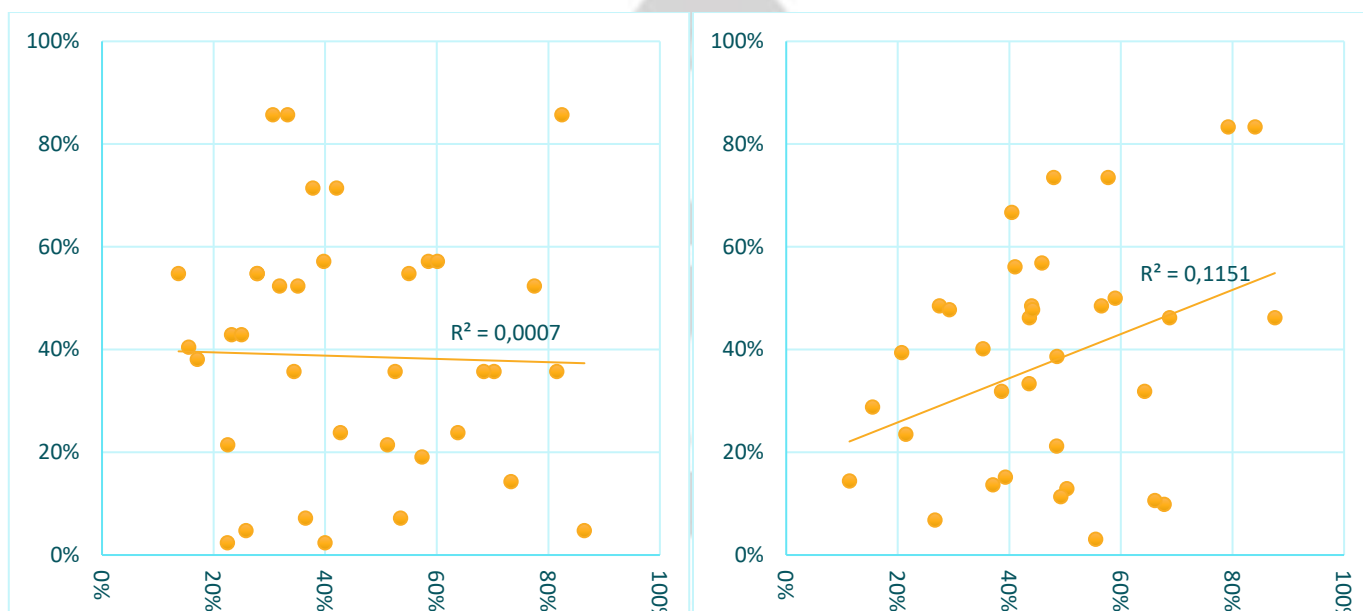


Figura 13 – Correlação entre média de execução (eixo x) e evolução da consolidação (eixo y) entre 2010 e 2019 para UCs que ainda não se consolidaram. Na esquerda, UCs Grau I e, na direita, Grau II.

Pelo que foi apresentado, não se observa, portanto, correlação entre execução e evolução na consolidação tanto para grau I e grau II. Contudo, os dados dos gráficos acima permitem realizar análises de efetividade na execução do programa tanto para UCs que avançam mais com menos recursos (pontos acima e mais à esquerda) quanto para UCs que gastam mais e não evoluem em conformidade com a média (pontos abaixo e mais à direita). Vale lembrar também que outros fatores interferem tanto na consolidação como na execução tais como contexto de ameaças, custos de produtos e serviços, logística etc.

Diante do exposto e com o objetivo de estabelecer um plano de ação para a alavancagem de UCs com maiores problemas de execução e/ou de consolidação, foram realizadas algumas classificações baseadas em níveis críticos, que seguem:

¹¹ Disponível em: <http://arpa.mma.gov.br/relatorios/>

- **25% de UCs com execução mais baixas;**
- **25% de UCs com menor evolução na consolidação entre 2010 e 2019;**
- **25% de UCs com menor relação entre consolidação e execução** (pontos abaixo e mais à direita nos gráficos da Figura 13);
- **UCs com prioridade de Consolidação**, ou seja, com I ou II Marcos Referenciais restantes para se consolidarem;

Os resultados de tais análises resumem-se em um breve plano de ação inicial, conforme citado anteriormente, que deverá ser melhor detalhado por UCP e parceiros, para que o alcance de metas do Programa ocorra de maneira mais eficaz neste e no próximo biênio.

3 CONTRAPARTIDA

A contrapartida por Órgão gestor entre 2011 e 2018 é apresentada na Tabela 10, a seguir, e os dados detalhados por UC podem ser visualizados no sítio eletrônico do Programa ARPA (<http://arpa.mma.gov.br/relatorios/>).

Tabela 10 – Dados de Contrapartida por OG entre 2011 e 2018, em R\$. Obs.: dados de contrapartida ainda não eram obrigatórios em 2010; dados de 2019 serão reportados em 2020.

OG	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
AC	52.554	75.002	-	1.645	6.815	17.639	64.710	51.724	270.088
AM	38.994	33.454	30.458	-	1.169.137	4.658.353	8.132.995	8.345.373	22.408.764
AP	408.063	27.503	29.089	178.003	29.188	90.467	30.185	34.233	826.732
ICMBio	11.345.240	14.815.097	13.119.243	17.667.674	15.778.142	25.317.788	27.270.308	36.698.626	162.288.207
MT	556.237	86.160	86.160	147.266	269.081	118.062	126.494	160.794	1.550.253
PA	-	224.298	491.721	12.645.520	227.380	594.519	749.192	622.208	15.554.838
RO	1.419.080	3.078.980	2.709.800	406.461	1.500.900	1.112.150	2.783.584	2.180.360	15.127.315
TO	236.487	211.958	194.839	258.742	457.936	352.052	214.661	738.309	2.664.984
Total	14.056.654	18.552.453	16.661.309	31.305.312	19.438.579	32.261.030	39.372.129	48.831.625	220.691.781

Os dados sobre contrapartida mostram um aporte total de aproximadamente R\$ 220 milhões ao longo desses anos, valor que excede o mínimo esperado na modelagem de custos do Programa ARPA. Um dos motivos pelos quais esses valores ultrapassam o mínimo de contrapartida necessária se deve a contribuições de compensação ambiental, como é o caso do Pará no ano de 2014.

Fica claro que os recursos disponíveis pelas UCs não devem depender tão somente do orçamento governamental e que tanto as estratégias existentes de financiamento quanto novos mecanismos devem cumprir com parte importante dos recursos totais para que a estratégia financeira do Programa ARPA, com o Fundo de Transição, possa cumprir sua meta em 2039. Uma breve apresentação de como se compõem esses distintos recursos de contrapartida pode ser vista no Relatório C¹² de 2019. Por hora, a Figura 14 mostra a evolução dos aportes de contrapartida conforme dados da tabela anterior:

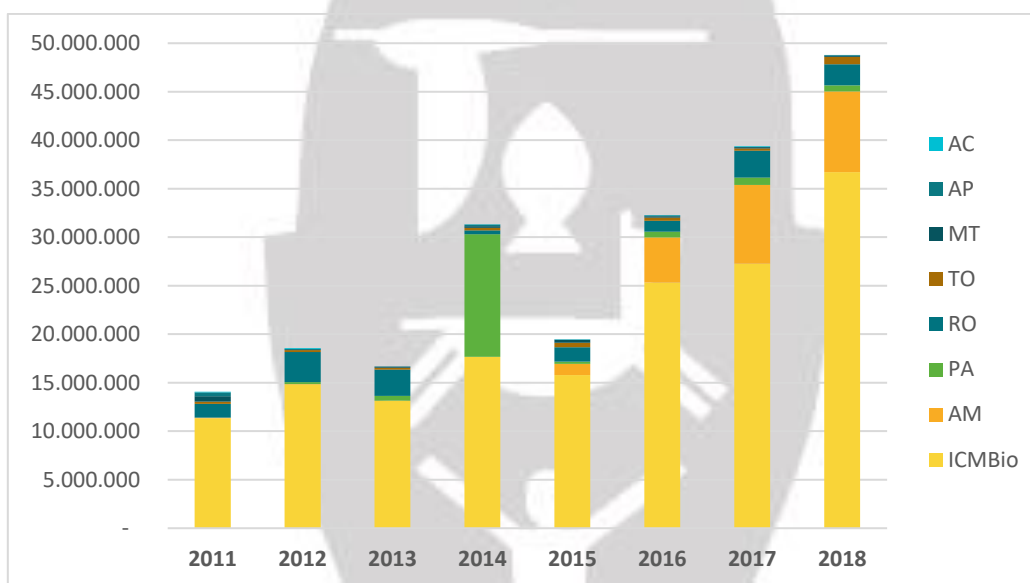


Figura 14 – Evolução da Contrapartida entre 2011 e 2018 para as UCs do ARPA.

4 CUSTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A partir dos dados de execução, via Fundo de Transição, e de Contrapartida, fornecidos pelos Órgãos Gestores, é possível obter o Custo observado dentro do escopo do ARPA para o ano de 2018 e em anos anteriores na tabela x abaixo. Importante notar que são considerados apenas os aportes direcionados às UCs e, portanto, custos com coordenação do programa, criação e de outras estratégias não foram considerados num primeiro momento.

¹² Disponível em: <http://arpa.mma.gov.br/relatorios/>

Tabela 11 – Custos totais entre 2010 e 2019 para as UCs do Programa ARPA

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Contrapartida	-	14.056.654	18.552.453	16.661.309	31.305.312	19.438.579	32.261.030	39.372.129	48.797.392	N/D
Execução	281.860	2.698.634	4.210.754	9.725.579	11.875.541	18.730.522	31.923.674	35.518.667	40.144.854	26.400.630
Custo total	281.860	16.755.288	22.763.207	26.386.888	43.180.852	38.169.102	64.184.704	74.890.796	88.942.246	26.400.630

Com os gráficos abaixo, também é possível notar um crescente aporte de recursos de contrapartida a partir de 2016. A ruptura da tendência entre 2019 e 2020 se dá por conta de valores planejados de execução os quais, na prática, não chegam em 100%. Portanto, espera-se o contínuo aumento da contrapartida, ainda que ocorra um aumento de execução nos próximos anos, sobretudo com a diminuição gradativa dos recursos do Fundo de Transição:

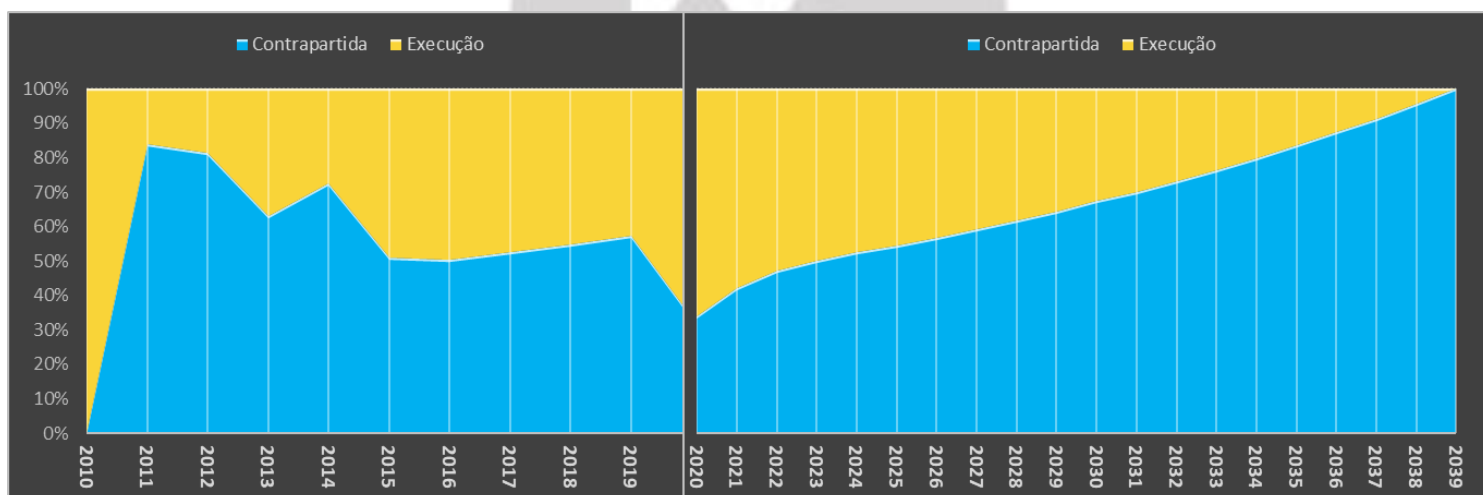


Figura 15 – Relação entre contrapartida e doações do FT entre 2010 e 2039, com a extinção do fundo. À esquerda, valores executados até mai/2019 e, à direita, valores planejados pelo Modelo Financeiro de 2020 até 2039.

5 CONDIÇÕES DE DESEMBOLSOS

A seguir são apresentadas, de forma detalhada, cada uma das 11 condições de desembolso bem como o cumprimento de suas metas.

5.1 MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição

CD 1- MOP

Responsável: ARPA

Eventuais alterações no MOP devem respeitar os Objetivo ARPA e Objetivo do FT, como determinado pelo CFT.

Controla se essas alterações têm o potencial de enfraquecer o Programa ARPA.

A UCP e o Gestor do Fundo vêm revisando o MOP continuamente de modo a deixá-lo mais coeso. As últimas modificações passaram por aprovação pelos colegiados no primeiro semestre de 2019. As aplicações de modificações em anos anteriores, como a alteração de relatoria, já foram inseridas no MOP, bem como a ampliação de atividades eletivas para a gestão participativa. Inevitavelmente, outras modificações serão necessárias futuramente com o replanejamento e adaptação de processos e metas do Programa.

5.2 Inexistência de perda líquida de UC

CD 2- Perda Líquida

Responsável: ARPA

Visa evitar a perda líquida dentro do ARPA em relação à:

- cobertura de área total protegida
- qualidade ambiental das UCs
- representatividade social e ecológica, tomando por base os dados de dezembro de 2013 e a criação de novas UCs (CD8)

Para essa condição são tomados por base a cobertura das áreas desde 2013 somadas às novas áreas criadas pela Condição de Desembolso 8. Além dessas condições, não poderá ocorrer vazamento, ou seja, no caso de uma UC do ARPA ser desafetada ou diminuída, não poderá haver perda de área total no caso de uma substituição por outra UC que não fazia parte do Programa.

Desde a última avaliação, em 2017, foram criadas 14 Unidades de Conservação que somaram 1.487.704 de hectares contabilizados à meta de criação do ARPA (Tabela 12). No entanto, em 25 de setembro de 2018, as 8 UCs criadas pelo Poder Executivo do Estado de Rondônia, que contabilizavam 381.517 hectares, foram extintas pela Assembleia Legislativa do mesmo Estado (AL-RO). Houve tentativas de vetos à extinção das UCs por parte do Executivo,

porém tais atos foram derrubados pela AL-RO em 30 de outubro de 2018, não havendo mais notícias sobre a criação das Unidades desde então.

Tabela 12 – Unidades de Conservação criadas ou ampliadas entre 2017 e 2018. Em destaque, UCs criadas pelo Governo de Rondônia e extintas, em sequência, pela AL-RO.

#	Ato Legal de Criação	OG	Unidade de Conservação	Área (ha)
1	Decreto s/nº de 05/06/2017	ICMBio	PN dos Campos Ferruginosos	79.029
2	Decreto nº 9.333 de 05/04/2018	ICMBio	RESEX de Itapetininga	16.294
3	Decreto nº 9.339 de 05/04/2018	ICMBio	RESEX de Arapiranga-Tromai	186.908
4	Decreto nº 9.340 de 05/04/2018	ICMBio	RESEX da Baía do Tubarão	223.917
5	Decreto nº 9401, de 05/06/2018	ICMBio	RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi	581.230
6	Decreto nº 22.687 de 20/3/2018	RO	RDS Serra Grande	23.181
7	Decreto nº 22.686 de 20/3/2018	RO	RDS Limoeiro	18.837
8	Decreto nº 22.685 de 20/3/2018	RO	RDS Rio Machado	9.206
9	Decreto nº 22.682 de 20/3/2018	RO	ESEC Umirizal	59.898
10	Decreto nº 22.690 de 20/3/2018	RO	ESEC Soldado da Borracha	178.949
11	Decreto nº 22.684 de 20/3/2018	RO	PE Abaitará	152
12	Decreto nº 22.688 de 20/3/2018	RO	PE Ilha das Flores	89.617
13	Decreto nº 22.689 de 20/3/2018	RO	RDS Bom jardim	1.678
14	Decreto nº 9638 de 26/12/2018	ICMBio	RESEX do Lago do Cuniã (ampliação)	18.809
TOTAL				1.487.704
Valor Líquido (sem UCs RO)				1.106.187

Sendo assim, o ganho líquido do período é de 1.106.187 de hectares em novas áreas protegidas, cumprindo com a condição de desembolso de nº 2.

5.3 Relatórios financeiros por UC

CD 3- Relatórios Financeiros Responsável: OG

Referente ao envio por parte dos OG de um relatório anual com todas as fontes de recursos utilizados em cada UC, a partir de 2016.

Os dados referentes à contrapartida governamental nas UCs apoiadas pelo Programa são anualmente apresentados pelos OG de forma resumida. Destaca-se que todos os OGs enviaram dados sobre contrapartida desde 2016 até o ano de 2018, cumprindo com essa pré-condição para desembolso.

Desde 2017, buscou-se disponibilizar uma planilha que ao mesmo tempo fosse mais simples em seu preenchimento, mas que pudesse trazer informações sobre contrapartida UC a UC de maneira mais organizada e informativa. Nesse sentido, optou-se em resumir e dividir os gastos entre manutenção e investimento apenas. Anteriormente a esse período, as planilhas contemplavam

diversos tipos de gastos como combustível, diárias etc. No entanto, cada OG enviava os resultados em diferentes formatos, o que dificultava sua padronização e comparação.

Desta forma, será possível acompanhar como os gastos de manutenção e de investimento se comportarão ao longo do tempo. Espera-se, por exemplo, que custos com investimentos aumentem para o OG enquanto que os custos de manutenção e investimento diminuam para o FT. O gráfico abaixo demonstra o comportamento da contrapartida para investimento e manutenção entre 2011 e 2018. Nele observa-se que ainda há grandes oscilações para valores aportados como investimento:



Figura 16 – Contrapartida de Investimento e Manutenção entre 2011 e 2018.

5.4 Apresentação dos Planos de Consolidação

CD 4- Plano de Consolidação Responsável: OG

Cada OG deve desenvolver e seguir um plano de consolidação plurianual até 2020, incluindo metas por UC.
Os planos devem seguir as metas globais de consolidação do ARPA e conter o tamanho da equipe por UC.
Deverão ser aprovados pela Secretaria de Meio Ambiente ou pela unidade gestora estadual.

Todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA possuem um Plano de Consolidação elaborado pelos seus OG, com a finalidade de alcançar a consolidação, de acordo com os Marcos referenciais, no máximo, até dezembro de 2019.

É importante ressaltar, no entanto, que deverá ser necessária a revisão do Plano de Consolidação de diversas UCs considerando a sua entrada mais recente no Programa ARPA e o tempo médio para UCs se consolidarem no programa igual a aproximadamente 7,2 anos atualmente. Ademais, considerando o ritmo médio de consolidação das UCs do Programa, a projeção é que 100% das UCs consolidar-se-iam em 2025, ao contrário do crescimento exponencial de consolidação previsto no Plano de Consolidação atual (Figura 17).

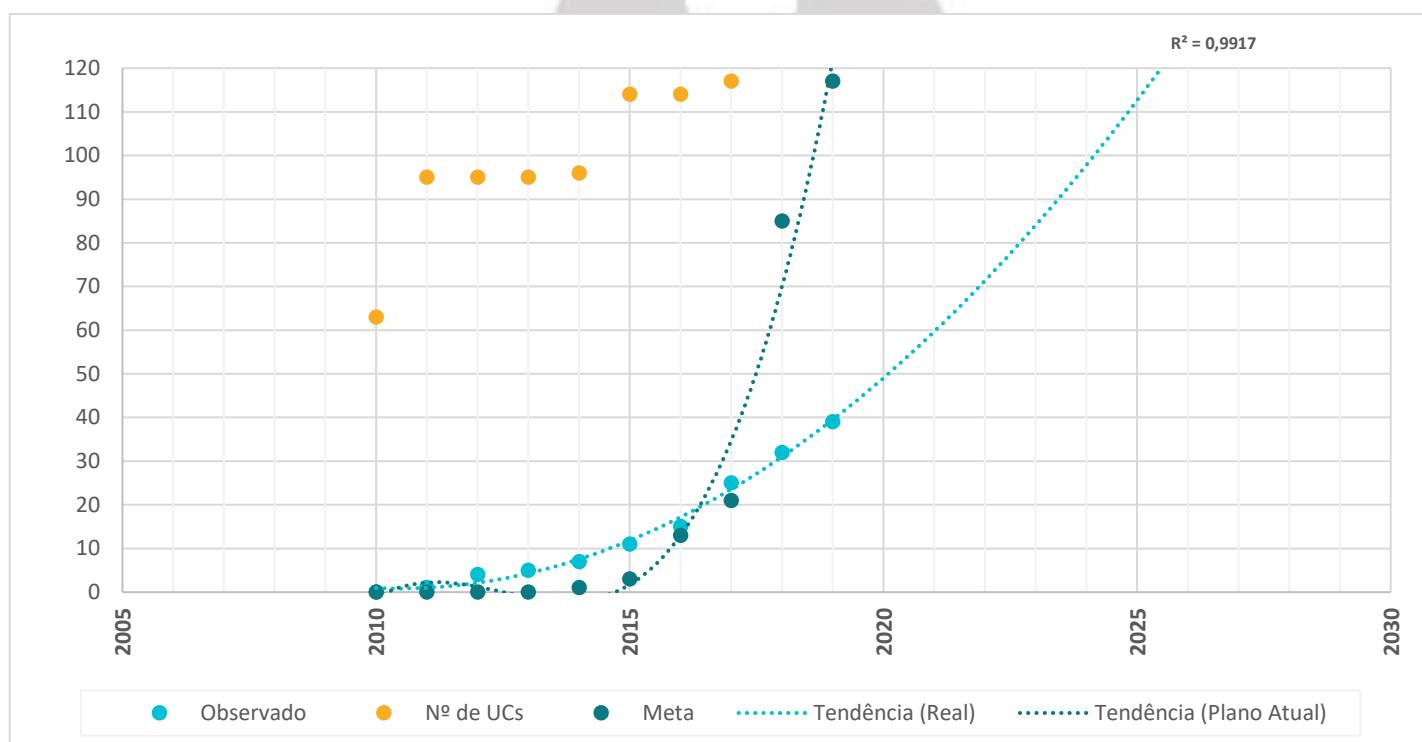


Figura 17 – Consolidação de UCs observada (azul claro), meta (azul escuro) e tendências. Notar, em laranja, ano de entrada das UCs.

Fica claro na Figura 17 que diversas UCs que entraram no Programa a partir de 2014 precisavam possuir um ritmo maior de avanço nas metas que as UCs que entraram anteriormente para conseguirem se consolidar em 2019. Há duas vantagens de considerar a meta de consolidação dessas UCs após 2019:

- Permitir um planejamento mais factível e, por consequência, uma execução melhor dos recursos;
- Distribuir melhor a execução dos recursos de investimento das UCs em anos posteriores aos biênios de 2016/2017 e 2018/2019, uma vez que os recursos planejados ficaram extremamente

concentrados nesses 4 anos para alcançar a meta de consolidação exponencial.

Sendo assim, uma proposta mais realista de Plano de Consolidação¹³ poderia passar a vigorar a partir do próximo biênio penalizando, por meio desta Condição de Desembolso nº 4, as UCs que entraram no ARPA antes de 2014 e que ainda não consolidaram, uma vez que, pelo tempo médio de consolidação, já haveria possibilidades temporais de consolidação. Por outro lado, as outras UCs estariam sujeitas à penalização nos próximos biênios conforme sua entrada em:

- 2014: penalização eventual em 2021 – 1 UC ou 0,8%
- 2015: penalização eventual em 2022 – 18 UCs ou 15,4%
- 2017: penalização eventual em 2024 – 3 UCs ou 2,5%;
- Demais UCs: penalização em 2019 conforme plano anterior para as UCs que ainda não consolidaram.

Como resultado, a nova proposta do Plano de Consolidação teria o aspecto apresentado na Figura 18 abaixo:

¹³ A proposta será enviada em arquivo excel anexo ao relatório para os doadores.

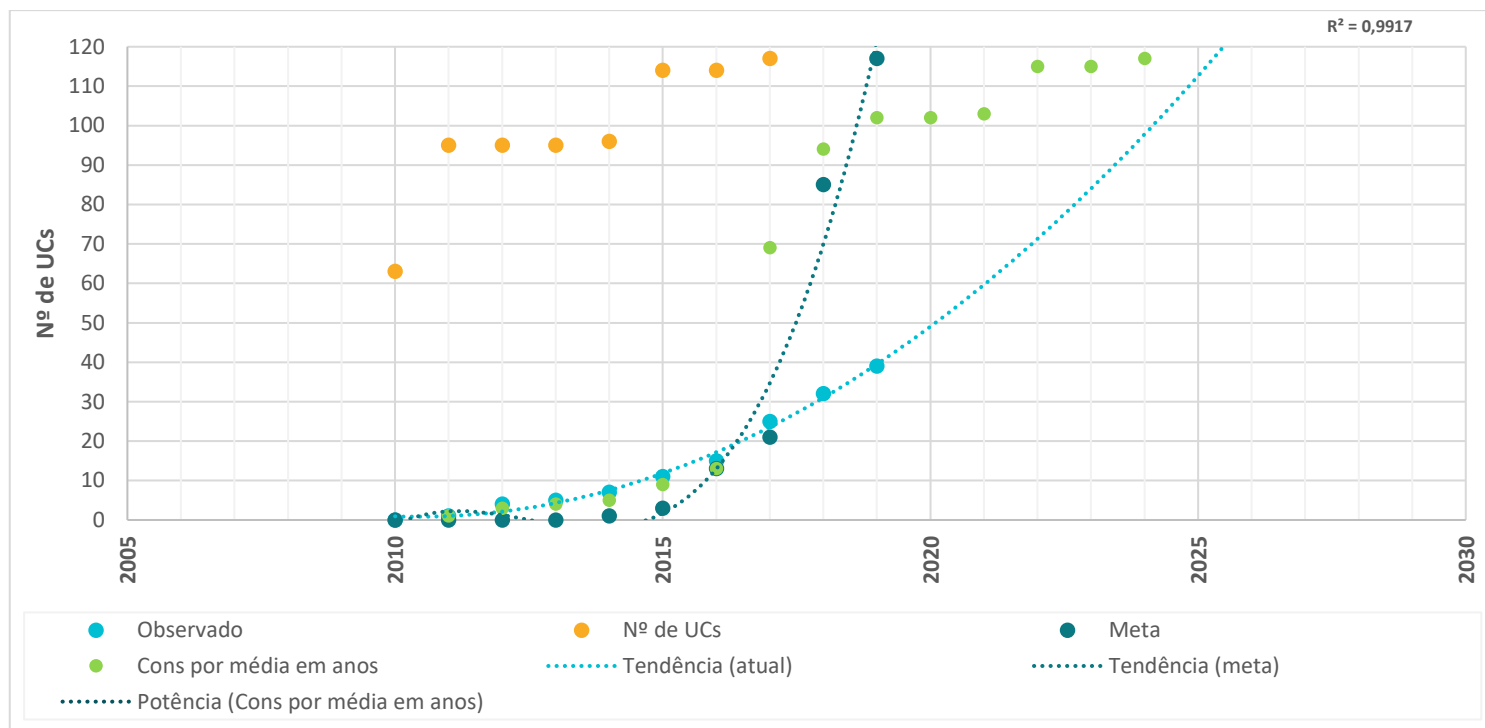


Figura 18 – O gráfico mostra os mesmos elementos apresentados na figura anterior acrescentado da proposta de consolidação, em verde, considerando o tempo médio para as UCs ARPA se consolidarem (7,2 anos).

5.5 Requerimento por parte do MMA de recursos adicionais para complementar o FT

CD 5- Recursos Adicionais Responsável: ARPA

CFT determina se o Governo Federal do Brasil desempenhou seus melhores esforços para garantir a captação de recursos em um prazo razoável ao requerer doações do Governo da Alemanha e do GEF para o FT.

Está em andamento tratativas para captar R\$ 80 milhões do BNDES para viabilizar a doação do Fundo Amazônia ao FT. Além disso, os doadores realizam prospecções e estabelecimento de critérios de seleção de empresas do setor privado que potencialmente poderão doar recursos à Fase III.

5.6 Aumento da execução orçamentária do ICMBio

CD 6- Aumento da Execução Orçamentária do ICMBio

Responsável: ARPA

O ICMBio deverá receber e executar efetivamente, em 2014, um orçamento de **R\$ 17,6 milhões** para despesas não-salariais do ARPA.

Esta condição de desembolso foi cumprida, uma vez que o ICMBio executou, em 2014, nas Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA, R\$ 17.667.674,34 referente à contrapartida orçamentária com despesas não salariais. Para mais detalhes sobre a

evolução da execução orçamentária não salarial do ICMBio, consultar condição de desembolso número 9 (item 5.9).

5.7 Implementação do monitoramento da biodiversidade

Segundo dados do relatório do ICMBIO sobre o Programa Nacional de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade e da FAUC de 2019, das 72 UCs federais, 53 (73,5%) já estão monitorando ao menos um indicador da sociobiodiversidade¹⁴. Para UCs estaduais, o resultado também é significativo com 38 de 45 UCs (84,3%) monitorando diversos indicadores da biodiversidade.

CD 7- Monitoramento da Conservação da Biodiversidade

Responsável: ARPA

UCs Federais

O monitoramento é implementado de acordo com as metas do planejamento do ICMBio seguindo a compatibilidade com os protocolos do ARPA e do ICMBio para as UCs da Amazônia.

OGs Estaduais

As metas de monitoramento da conservação serão apresentadas, até 2015, para todas as UCs de Grau II.

MMA

Plano para a compilação anual atualizada de informações sobre cobertura florestal em 2014 e apresentação das informações anualmente.

Como mostrado nos resultados da FAUC, houve um crescimento considerável do Programa de Monitoramento da Biodiversidade nas UCs do ARPA e o desafio futuro é garantir recursos para a manutenção das atividades anuais de

¹⁴ O Programa Monitora aborda apenas indicadores da biodiversidade, porém algumas UCs realizam levantamento de indicadores sociais, conforme também é esperado no cenário 4 da FAUC.

amostragem com o objetivo de obter séries temporais de dados e, conseqüentemente, permitir a tomada de decisão dos gestores das unidades.

5.7.1 Desmatamento dentro de UCs

A área desmatada vem diminuindo ao longo dos anos nas UCs apoiadas pelo Programa, como mostrado no gráfico da Figura 19, alcançando o patamar de 9.485 hectares desmatados dentro de UCs do ARPA. No entanto, a partir de 2019 já se observa uma tendência de aumento do desmatamento na Amazônia mês a mês, o que aumenta a pressão sobre as Unidades de Conservação ARPA e, sobretudo, não ARPA. Os dados sobre desmatamento são divulgados anualmente pelo PRODES/INPE no final do 1º semestre e será possível observar melhor os resultados de 2019 no próximo ano.

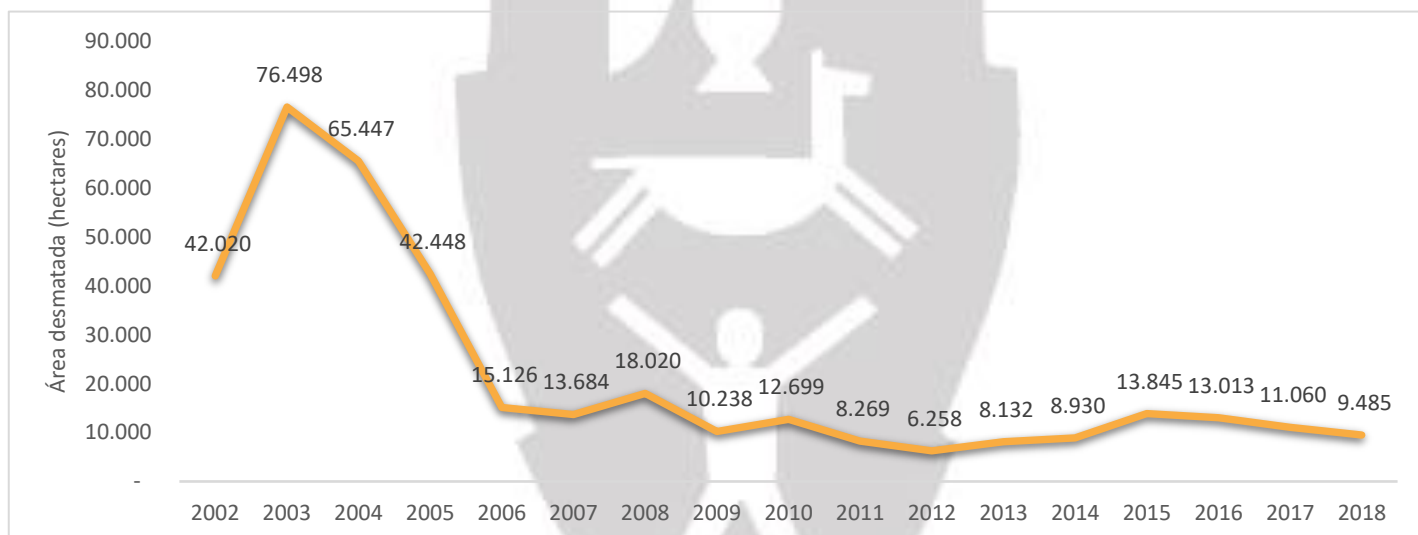


Figura 19 - Evolução do desmatamento em UCs apoiadas pelo Programa ARPA entre 2002 e 2018, em hectares.

CD 8- Criação de Novas UCs Responsável: ARPA

Prevê a criação de novas UCs com recursos da Fase III até 2019, sendo:

- 2014: 1 milhão de hectares
- 2018: 2 milhões de hectares
- 2019: 3 milhões de hectares

5.8 Criação de novas UC (conforme planejamento)

Conforme apresentado na CD 2, diversas UCs foram criadas desde a última avaliação de Condições de Desembolso. Apesar da revogação dos projetos de criação das UCs em

Rondônia, foram criados no total 3.135.934 hectares dos 6 milhões previstos, o que corresponde a 52,26% da meta.

No biênio de 2020/2021, propõem-se a continuidade da criação de UCs, algumas das quais com o saldo de recursos dedicados para tal no durante os anos de 2018/2019, segundo tabela abaixo:

Tabela 13 – Processos de criação em andamento

Nome da UC	OG	Área (ha)	Status
REBIO Pauini	AM	554.716	Em execução
RESEX Mamiá	AM	299.174	Em execução
RDS do Piranha	AM	137.788	Em execução
RDS Rio Manicoré	AM	488.418	Em execução
Saracá-Piranga	AM	75.555	Em execução
ESEC Maracá (ampliação)	ICMBio	50.810	Diagnósticos e consultas públicas concluídas.
Gleba Parima	ICMBio	110.470	Diagnósticos e consultas públicas concluídas.
PN Viruá (ampliação)	ICMBio	70.075	Diagnósticos e consultas públicas concluídas.
RESEX Filhos do Mangue (antiga Quatipurua)	ICMBio	33.348	Diagnósticos e consultas públicas concluídas.
RESEX Virandea (união de piribas e salinópolis)	ICMBio	55.070	Diagnósticos e consultas públicas concluídas.
REBIO Marajó Central	PA	130.968	Em execução
Zona Costeira / Mar Territorial	PA	644.293	Em execução
PE Catrimani	RR	475.664	Em execução
PE das Nascentes	RR	484.235	Em execução
RDS Xeruíni	RR	360.520	Em execução
RDS Boiaçu	RR	69.525	Em execução
RDS Campina (antiga Remanso)	RR	75.713	Em execução
RDS Itapará	RR	549.130	Em execução
Vale do Rio Corda	TO	30.600	Em execução
Total		4.696.072	

Caso essas propostas venham a ser aprovadas, o Programa teria apoiado a criação de 7.832.006 ha em novas UCs, o que representaria 131% da meta. No entanto, é preciso considerar o contexto político vigente para reavaliar quais os processos de fato terão mais chances de se converterem em unidades criadas.

5.9 Aumento dos recursos financeiros não-salariais

CD 9- Recursos Financeiros Não-Salariais Responsável: OG

Aumento dos recursos financeiros não-salariais de acordo com a modelagem financeira do programa.

Em um cenário de contenção orçamentária em nível nacional, o crescimento da contrapartida nos OG torna-se um desafio maior ano a ano. Desta forma, ainda que tenha havido queda nos orçamentos, cabe ressaltar que as UCs ainda podem ter

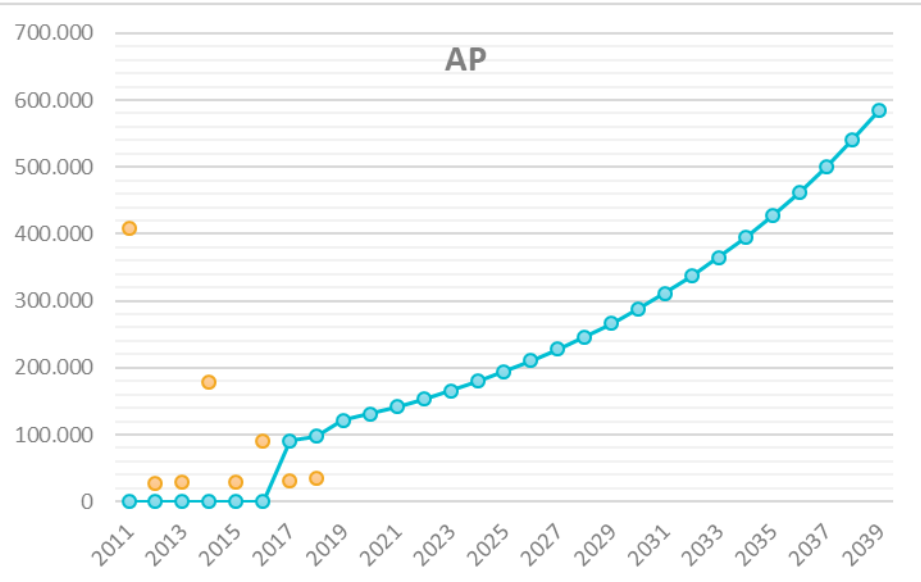
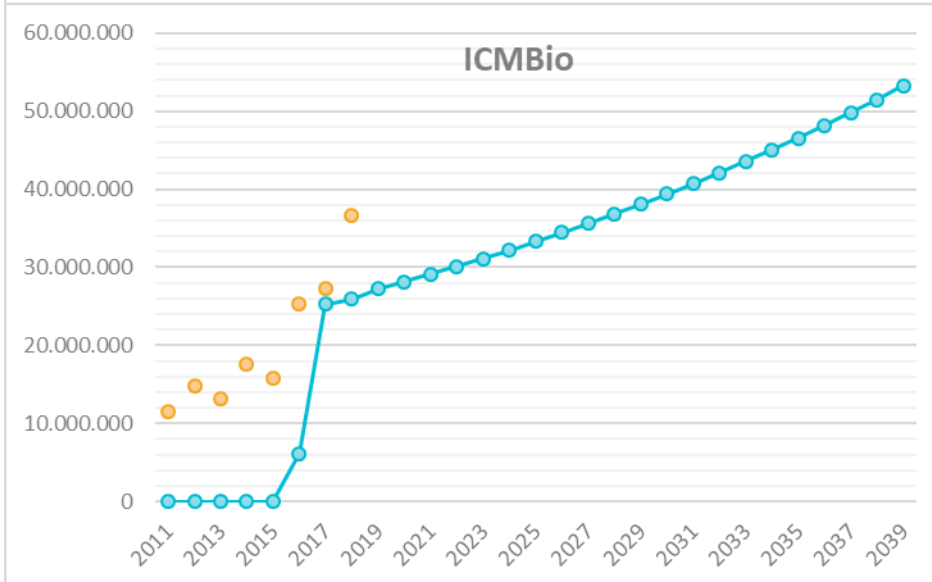
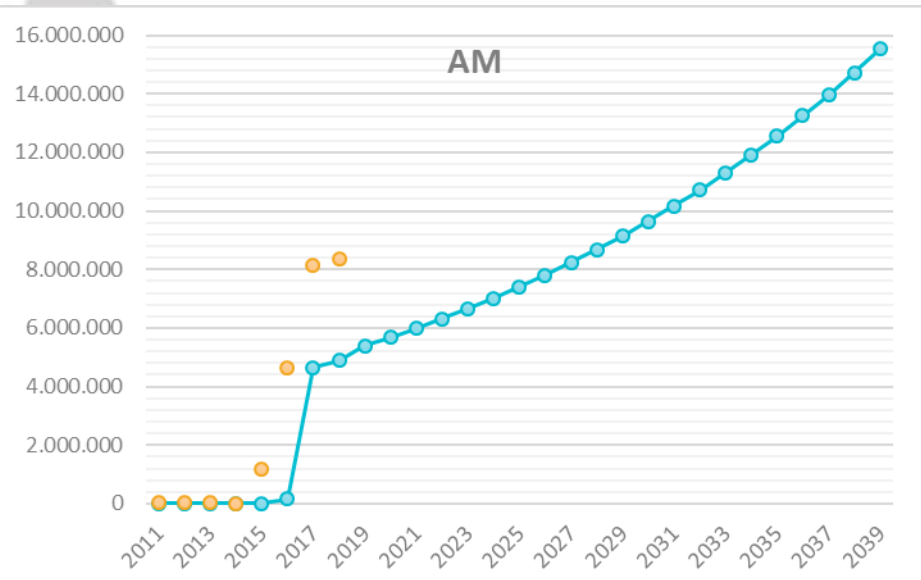
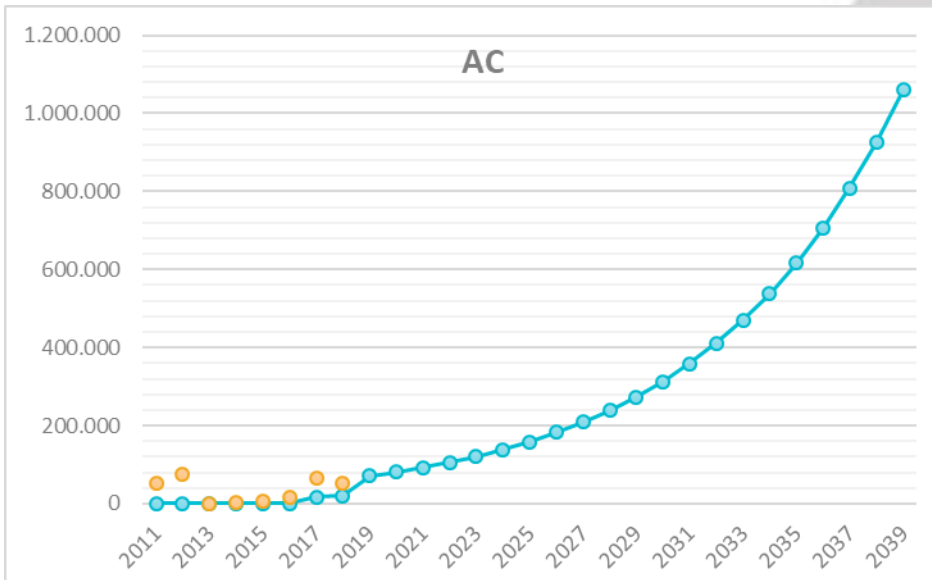
cumprido suas metas. A tabela abaixo compara a contrapartida prevista daquela aportada em 2018:

Tabela 14 –Contrapartida dos OG prevista e observada em 2018.

OG	Prevista	Observada	Diferença	Cumpriu CD 9?
AC	21.063	51.724	30.660	sim
AM	4.886.330	8.345.373	3.459.043	sim
AP	97.956	34.233	-63.723	não
ICMBio	25.928.727	36.698.626	10.769.898	sim
MT	137.905	160.794	22.889	sim
PA	624.976	622.208	-2.768	não
RO	1.181.767	2.180.360	998.593	sim
TO	363.448	738.309	374.860	sim
Total	33.242.174	48.831.625	15.589.451	

As informações da tabela anterior mostram que os OGs aportaram em 2018 valores no mínimo 14% maiores que o necessário para contrapartida. No total, foi aportado um valor 31,9% maior que a contrapartida mínima necessária no período. Os únicos estados que aportaram valores menores foram Amapá o Pará, porém este apenas 0,4%. Já o Amapá precisaria cumprir com um aporte cerca de 3 vezes maior.

Os gráficos da Figura 20 abaixo elucidam: (i) o histórico de contrapartida observada para cada OG entre 2011 e 2018 (pontos laranja) e (ii) a contrapartida esperada, ou meta segundo modelagem financeira até o fim do Programa (linha e pontos azuis):



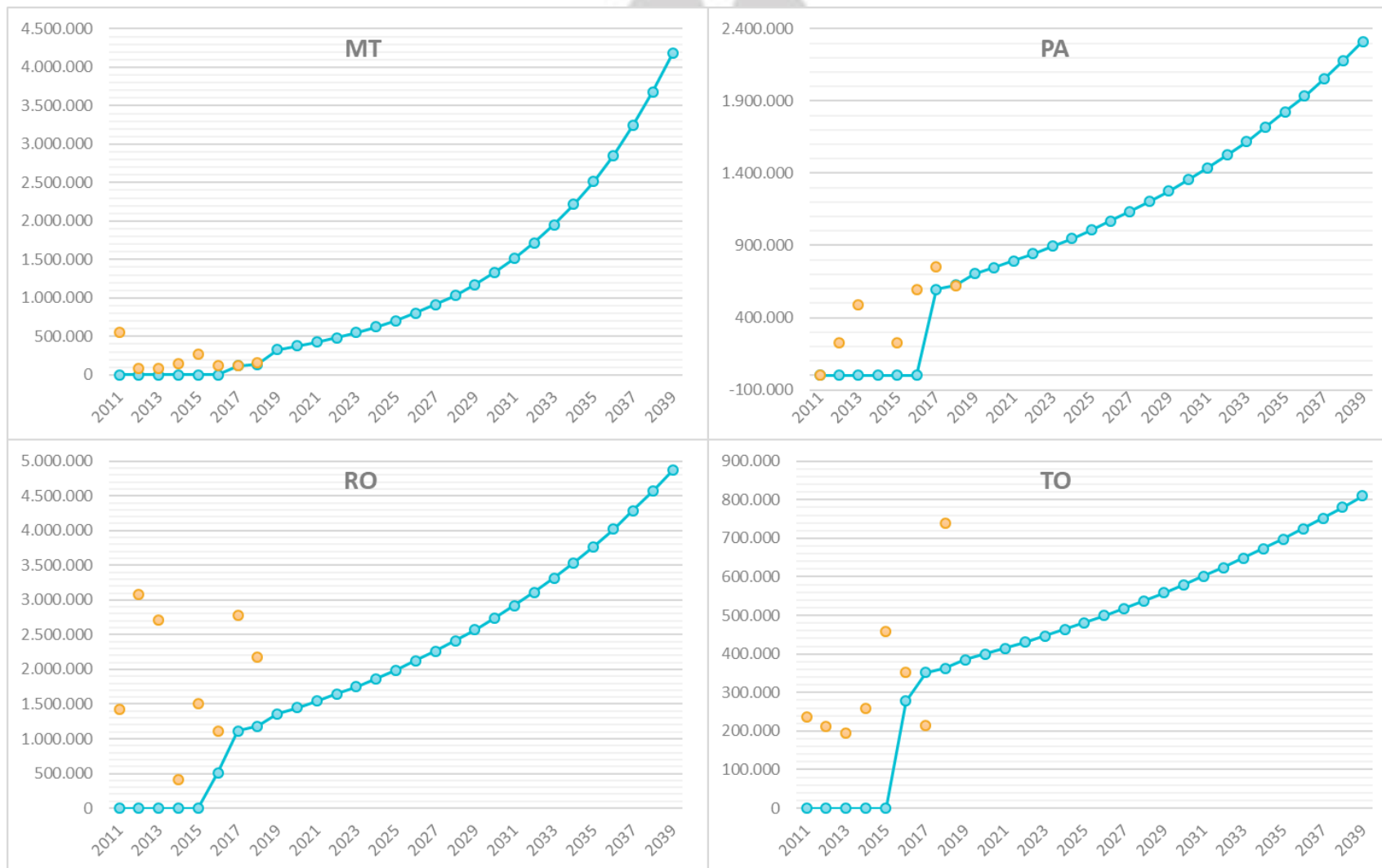


Figura 20 – Evolução de Contrapartida por OG entre 2011 e 2018 (laranja) e contrapartida esperada até 2039 (azul).

A Tabela 15 abaixo compara a variação de crescimento da contrapartida observado com o crescimento esperado de acordo com o incremento médio esperado pela modelagem financeira para cada OG:

Tabela 15 – Comparativo 2017/2018 e incremento esperado no período de acordo com linha de tendência e modelagem

OG	2017		2018		Crescimento (em %)	
	R\$		R\$		2018/ 2017	Incremento Esperado
AC	R\$	64.710,43	R\$	51.723,54	-20,07	19%
AM	R\$	8.132.994,94	R\$	8.345.372,98	2,61	5%
AP	R\$	30.184,70	R\$	34.233,18	13,41	8%
ICMBio	R\$	27.270.308,38	R\$	36.698.625,55	34,57	2%
MT	R\$	126.493,51	R\$	160.793,52	27,12	17%
PA	R\$	749.192,27	R\$	622.208,12	-16,95	5%
RO	R\$	2.783.584,00	R\$	2.180.359,90	-21,67	6%
TO	R\$	214.661,00	R\$	738.308,59	243,94	3%
Total	R\$	39.372.129,23	R\$	48.797.392,20	23,94	3%

5.10 Performance de consolidação

CD 10- Performance de Consolidação Responsável: OG

Apresenta a porcentagem do total agregado da meta de consolidação alcançado pelas UCs, exclui-se o nível de pessoal conforme especificado no Plano de Consolidação por OG.

Os dados sobre consolidação já foram bem detalhados nas seções anteriores. É importante resgatar a análise anterior apenas para lembrar que há potencial de consolidação de aproximadamente 70% das UCs em um período próximo (biênio 20/21). Para as UCs que deverão se consolidar em 2019, caso isso ocorra, a avaliação será feita apenas na FAUC de 2020. Sendo assim, a tabela abaixo mostra a aplicação da CD atual e a aplicação da CD caso essas 19 UCs venham a se consolidar até o próximo período de avaliação:

Tabela 16 – Cumprimento da CD 10

OG	Nº de UCs	Nº de UCs consolidadas	Cumprimento CD 10	UCs próximas de consolidar em 2019 (1 MR)	Cumprimento CD 10 com UCs próximas de consolidar em 2019 ¹⁵
AC	1	0	0,0%	0	0,0%
AM	24	11	45,8%	8	79,2%
AP	1	0	0,0%	0	0,0%
ICMBio	72	20	27,8%	13	45,8%
MT	7	0	0,0%	1	14,2%
PA	3	1	33,3%	1	66,6%
RO	8	6	75,0%	2	100%
TO	1	1	100,0%	0	100%
Total	117	39		19	

5.11 Número de funcionários

CD 11- Número de Funcionários Responsável: OG

Apresenta a porcentagem das UCs que atingiram sua meta de pessoal, conforme especificado nos Planos de Consolidação de cada OG.

Apesar de o MR Equipe técnica não ter relação com componentes do Programa ARPA para fins de aporte dos recursos pelo FT, a importância dessa CD é grande, pois diversas atividades de consolidação dependem de maior alocação de recursos humanos pelos OG, fato que é corroborado ao se analisar as evidências objetivas de cada UC quanto à

deficiência de pessoal e consequente problemas na gestão da UC. Para entendimento das metas para esse marco, a Tabela 17 abaixo mostra os cenários possíveis para o MR de Equipe Técnica para Grau I e II:

¹⁵ Considerando 1 Marco Referencial restante para consolidar. Valores apenas de referência que deverão ser considerados apenas para a tomada de decisão junto ao CFT.

Tabela 17 – O Marco de Equipe Técnica prevê que a UC disponha de equipe gestora mínima para suas necessidades, localizada de forma a contribuir com o desempenho da unidade. Observação: aparece grifado a quantidade de pessoal lotada para cada cenário.

Equipe Técnica	Cenário	Meta
<u>Não há pessoal lotado</u> exclusivamente para gestão na unidade de conservação.	1	
Existe <u>um responsável</u> designado exclusivamente para gerenciar a UC.	2	
A equipe gestora conta com <u>2 ou mais funcionários</u>, mas nenhum reside em municípios das sedes administrativas da unidade.	3	Grau I
A equipe gestora conta com <u>2 ou mais funcionários</u> , sendo que parte deles reside em municípios das sedes administrativas da unidade.	4	
A equipe gestora conta com <u>5 ou mais funcionários</u>, sendo que a maioria reside em municípios das sedes administrativas da unidade.	5	Grau II

O gráfico da Figura 21 a seguir mostra evolução de pessoal lotado nas UCs Grau I desde 2010, quando se iniciou a Fase II do Programa ARPA:

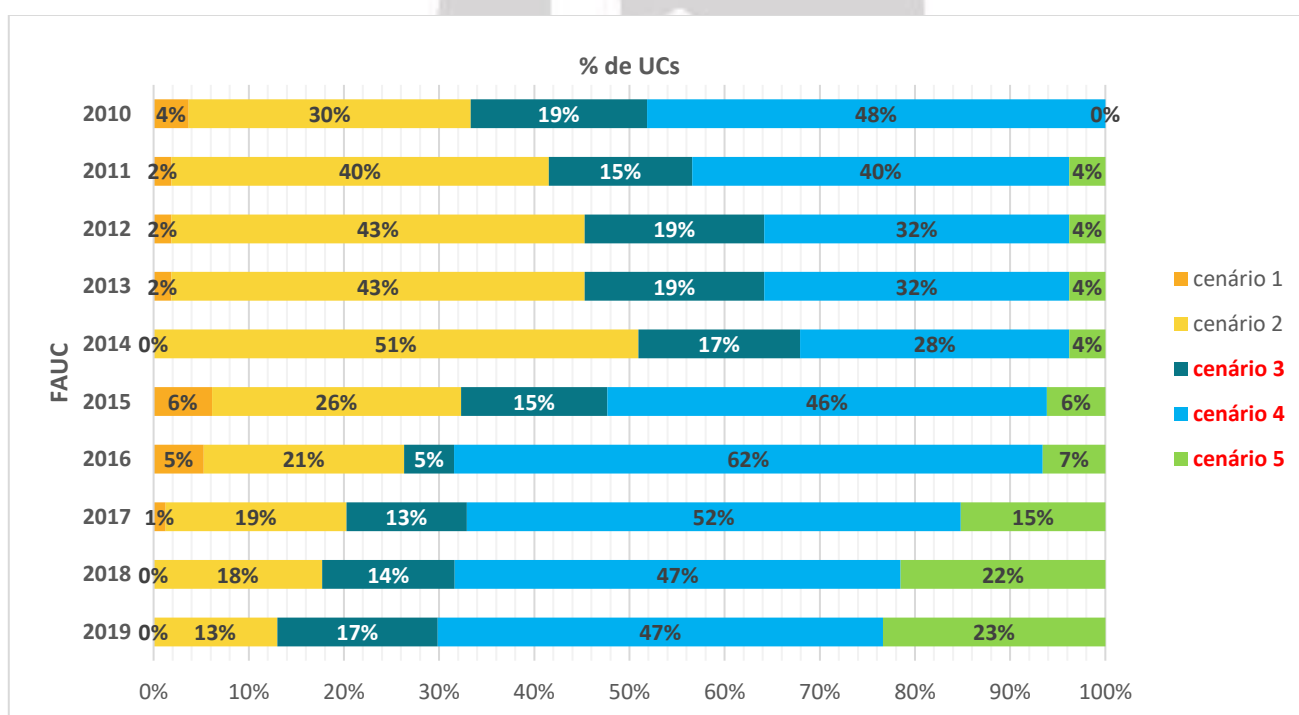


Figura 21 - Evolução percentual anual de diferentes cenários das equipes em UCs Grau I. Os cenários destacados em vermelho na legenda são cenários metas para Grau I.

Os dados mostram que a porcentagem de UCs com 2 ou mais funcionários na equipe gestora vem aumentando desde 2014, chegando a 87% em 2019. A imagem ainda ilustra que o número de UCs com 5 ou mais funcionários aumentou no mesmo período: em 2010, nenhuma UC pertencia a esse cenário; já em 2019, 23% possuíam status de UC Grau II no Programa ARPA. Para análise da equipe técnica das UCs Grau II, o gráfico da Figura 22 abaixo foi elaborado:

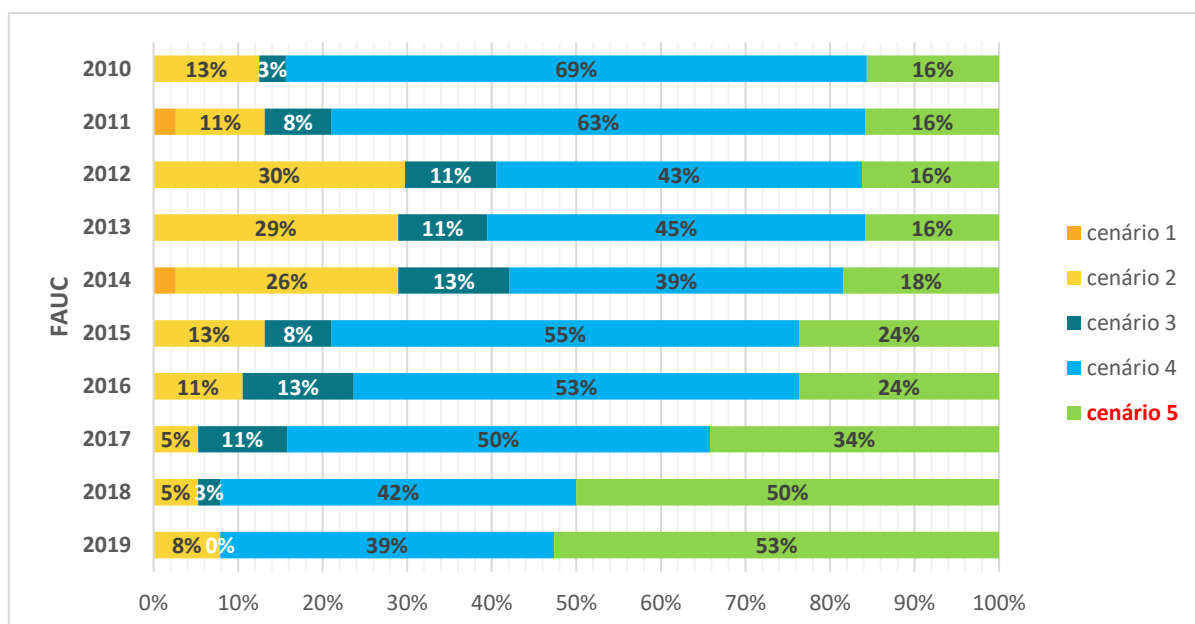


Figura 22 - Evolução percentual anual de diferentes cenários das equipes em UCs Grau II. O cenário destacado em vermelho na legenda é a meta para Grau II.

Os dados mostram que não há UCs grau II sem funcionário na equipe gestora desde 2015. Também se alcançou a meta de 53% das UCs com pelo menos 5 funcionários, mostrando ainda um grande desafio para a estruturação de equipe de UCs grau II. Espera-se que com o arranjo de Núcleos de Gestão Integrada (NGI), as UCs avancem nesse marco nos próximos anos. De modo geral, os dados mostram também que o ARPA merece destaque ao contribuir para manutenção/crescimento no número de funcionários nas UCs da Amazônia.

Por fim a Tabela 18 mostra o cumprimento das metas de Equipe Técnica para cada OG de acordo com os Planos de Consolidação:

Tabela 18 – Cumprimento da CD 11 – Equipe Técnica, por OG:

OG	% de UCs com equipe mínima
AC	0,0%
AM	83,3%
AP	100%
ICMBio	69,4%
MT	57,1%
.PA	100%
RO	100%
TO	100%

QUADRO RESUMIDO – CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO

Nº	Condição de Desembolso	Descrição	Nível	Resultados	Legenda (Status de Cumprimento)				% da Meta	Status de Cumprimento												
					cumpriu	cumpriu parcialmente	não cumpriu	Não se Aplica (N/A)		ARPA	AC	AM	AP	ICMBio	MT	PA	RO	TO				
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do FT	Avaliação pelo CFT de alterações efetuadas no Módulo 1 do MOP.	ARPA	Últimas atualizações realizadas em 2019 Atualizações estão de acordo com Objetivo ARPA e o objetivo do FT					100%													
2	Inexistência de perda líquida de UCs	Hectares líquidos (diferença entre criação e desafetação) no ARPA, e (em caso de substituição) hectares líquidos de UCs na Amazônia Brasileira	ARPA	Houve ganho líquido de 1.106.187 ha desde jun/2017 101,46% da meta de 60 Mi ha foi alcançada com aprox. 60,8 mi hectares protegidos pelo programa em 2017					100%													
3	Relatórios Financeiros por UC	A partir de 2016, cada OG produz um relatório anual com todas as fontes de recursos utilizados em cada UC.	OG	Todos os Órgãos Gestores enviaram Contrapartida Governamental desde 2016					AP pendente	N/A												
4	Apresentação dos Planos de Consolidação	Cada OG, além do ICMBio, desenvolve e segue um plano de consolidação plurianual até 2020, incluindo metas por UC (essas não precisam ter detalhes por subprojeto).	OG	Contrapartida já cumprida em 2014					100%	N/A												
5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	CFT determina se o Governo Federal requereu doações e desempenhou seus melhores esforços para garantir a captação desses recursos adicionais em prazos razoáveis.	ARPA	BNDES (R\$ 80 milhões) – Tratativas para a captação de valores no Fundo Amazônia em andamento.					100%													
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	ICMBio efetivamente recebe e executa, e 2014, um orçamento de R\$ 17,6 Mi para despesas não-salariais do ARPA	ARPA	Contrapartida já cumprida em 2014					100%													
7	Implementação do Monitoramento da Biodiversidade	Para as UCs federais: o monitoramento da conservação da biodiversidade é implementado de acordo com as metas do planejamento do ICMBio, e a compatibilidade entre os protocolos adotados por ICMBio para as UCs da Amazônia e os protocolos aprovados pelo Programa ARPA. Para os estados: até 2015, as metas de monitoramento da conservação da biodiversidade são apresentadas para todas as UCs de Grau II apoiadas pelo Programa ARPA. Para MMA: Plano para a compilação anual atualizada de informações sobre cobertura florestal em 2018, e apresentação de informações anualmente.	OG	Em 2014, 12 UCs Federais iniciaram implementação de protocolo de monitoramento (meta era 5). Considerando a consolidação de UCs em 2019, todas as 72 UCs Federais deveriam estar executando o protocolo mínimo. Até o momento, 53 (73,5%) UCs alcançaram esse patamar. Em 2014, todas as UCs Estaduais apresentaram plano final para estabelecimento de monitoramento . Para 2019, das 45 UCs Estaduais, 38 (84,3 %) já estão executando o monitoramento da biodiversidade. Dados sobre área desmatada em UCs do ARPA em 2018: o PI: diminuição de 24% (41,79 km²) em relação a 2017 o US: diminuição de 4,6% (53,05 km²) em relação a 2017 o Total: 94,85 km² desmatados dentro de UCs					74%													
											100%											
												100%										
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	Área de UC oficialmente criada a partir de 1/1/2014 no âmbito do Programa (dos 5 tipos de UCs destacados no MOP), inclusive instrumento legal (decreto ou lei). 2014: 1M ha; 2015: +2M ha; 2016: +3M ha; 2017 e depois: conforme plano de consolidação	ARPA	Houve criação de 3.135.934 ha dos 6 milhões ha previstos (52,26% da meta)					52,26%													
9	Aumento dos recursos financeiros não-salariais	Valor em reais executados pelos Órgãos Gestores e porcentagem da meta.	OG	AM, AP, ICMBio, MT e TO aumentaram seus recursos em 2,61%, 34,57%, 27,12% e 243,94%, respectivamente AC, PA e RO diminuíram seus recursos em 20,7%, 16,95% e 21,67%, respectivamente. Apesar das diminuições observadas, todos os OG aportaram valores de contrapartida maiores ao estabelecido pela modelagem, em relação à média dos 2 anos anteriores, à exceção do AP e PA						N/A												
10	Performance de consolidação	% do total agregado da meta de consolidação alcançada pelas UCs (excluindo o nível de pessoal), conforme especificado no plano de consolidação por OG.	OG	39 UCs se consolidaram até o ano de 2019. A meta para 2019 é de 117 Ucs						N/A												
11	Número de Funcionários	% das UCs que atingiram sua meta de pessoal, conforme especificado nos planos de consolidação de cada OG.	OG	Cumprimento de todas as UCs do AP, PA, RO e TO																		
				Cumpriram parcialmente os OG do AC, AM, ICMBio e MT com atrasos em 1 UC para cada OG estadual e 17 UCs do ICMBio									N/A									

ANEXO 1 – LISTA DE UCS E CONSOLIDAÇÃO

Em **destaque**, consolidadas

ID	Unidade de Conservação	OG	Grau	Previsão de Consolidação
47	ESEC Terra do Meio	ICMBio	II	2018
49	PARNA Anavilhanas	ICMBio	II	2018
56	ESEC Jutáí Solimões	ICMBio	I	2019
57	ESEC Maraca	ICMBio	II	2018
58	ESEC Maracá-Jipioca	ICMBio	I	2018
60	ESEC Niquiá	ICMBio	I	2018
67	ESEC Jari	ICMBio	I	2018
68	ESEC Rio Acre	ICMBio	II	2018
72	ESEC Juami Japurá	ICMBio	II	2018
136	PARNA Amazônia	ICMBio	I	2018
149	PARNA Serra do Divisor	ICMBio	I	2018
151	PARNA Serra do Pardo	ICMBio	II	2018
163	PARNA de Pacaás Novos	ICMBio	I	2019
169	PARNA Cabo Orange	ICMBio	II	2018
173	PARNA Jaú	ICMBio	II	2018
174	PARNA do Monte Roraima	ICMBio	I	2019
179	PARNA Viruá	ICMBio	II	2016
187	PARNA Montanhas do Tumucumaque	ICMBio	II	2018
188	PARNA Serra da Cutia	ICMBio	I	2018
189	PARNA Serra da Mocidade	ICMBio	I	2018
194	REBIO Do Abufari	ICMBio	I	2018
206	REBIO do Guaporé	ICMBio	I	2019
207	REBIO Gurupi	ICMBio	II	2018
208	REBIO Jaru	ICMBio	II	2018
209	REBIO Lago Piratuba	ICMBio	II	2018
210	REBIO Trombetas	ICMBio	II	2018
211	REBIO Tapirapé	ICMBio	II	2018
213	REBIO Uatumã	ICMBio	II	2016
216	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	ICMBio	I	2018
218	RDS Itatupã-Baquiá	ICMBio	I	2016
220	RESEX Auati-Paraná	ICMBio	II	2018
221	RESEX Barreiro das Antas	ICMBio	I	2017
222	RESEX Chico Mendes	ICMBio	II	2018

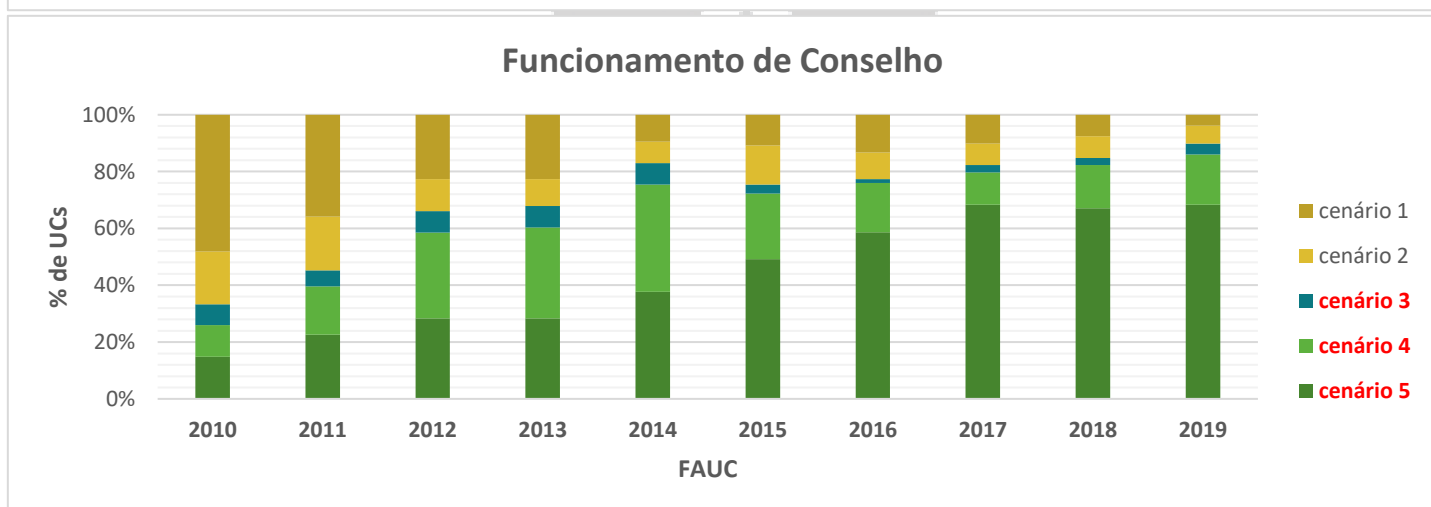
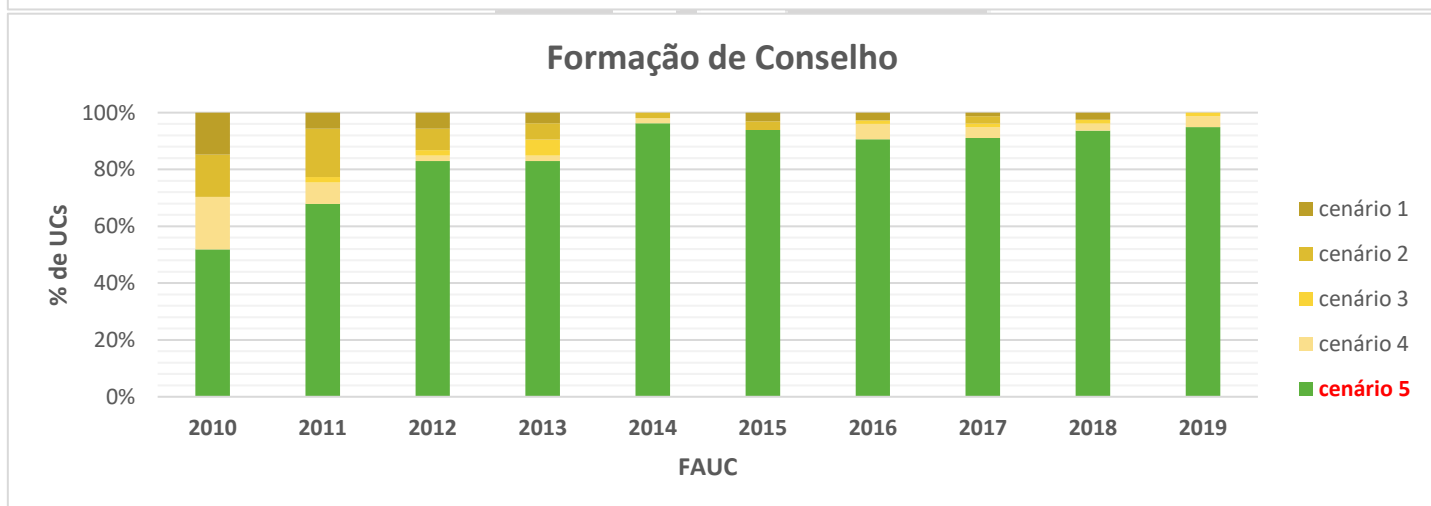
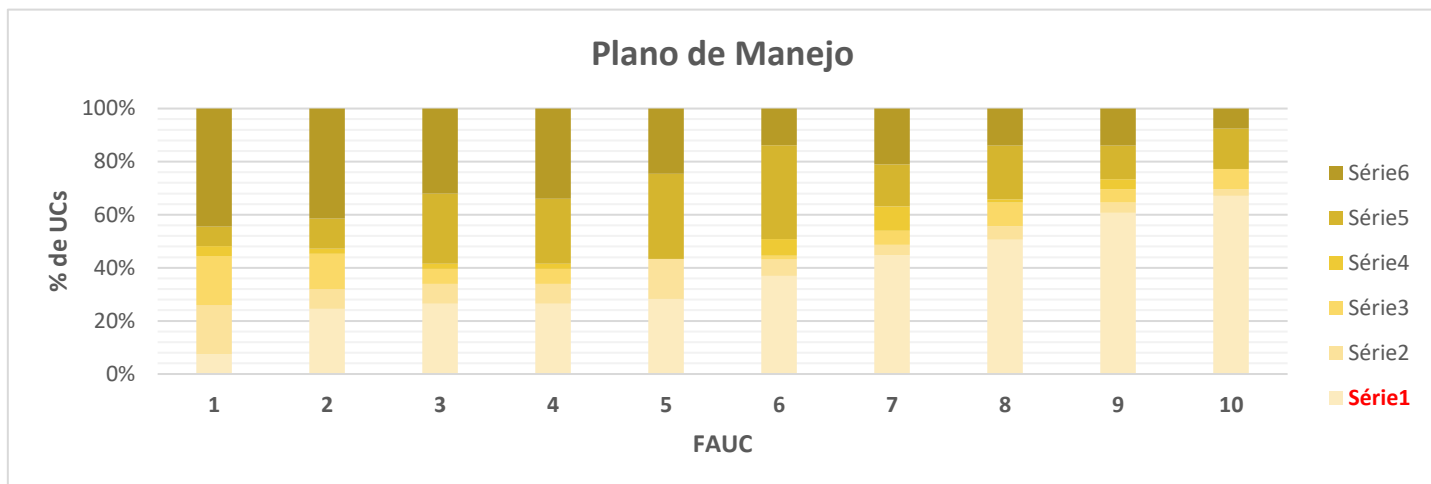
223	RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	ICMBio	I	2018
227	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Cuinarana; RESEX Mestre Lucindo	ICMBio	I	2018
228	RESEX de São João da Ponta/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande de Curuçá e RESEX Marinha Mocapajuba	ICMBio	I	2019
230	RESEX Baixo Juruá	ICMBio	II	2018
232	RESEX Cazumbá-Iracema	ICMBio	II	2018
235	RESEX Médio Juruá	ICMBio	I	2018
238	RESEX do Rio Cautário	ICMBio	I	2018
239	RESEX Rio Jutai	ICMBio	I	2018
241	RESEX Ipaú-Anilzinho	ICMBio	I	2018
242	RESEX Lago do Capanã Grande	ICMBio	II	2018
243	RESEX Mãe Grande de Curuçá/Gestão integrada com RESEX Marinha Mocapajuba e RESEX de São João da Ponta	ICMBio	I	2019
244	RESEX Mapuá	ICMBio	I	2018
256	RESEX Rio Ouro Preto	ICMBio	II	2018
257	RESEX Riozinho da Liberdade	ICMBio	I	2018
258	RESEX Riozinho do Anfrísio	ICMBio	II	2018
259	RESEX Tapajós-Arapiuns	ICMBio	I	2018
260	RESEX Verde para Sempre	ICMBio	II	2018
264	PARNA Rio Novo	ICMBio	I	2018
267	PARNA do Jamaxim	ICMBio	II	2018
273	RESEX Arioca-Pruanã	ICMBio	I	2018
274	RESEX Alto Tarauacá	ICMBio	I	2018
279	RESEX Cururupu	ICMBio	I	2017
280	RESEX Rio Iriri	ICMBio	II	2018
281	PARNA Juruena	ICMBio	I	2017
282	RESEX Terra Grande Pracuúba	ICMBio	I	2018
283	RESEX Rio Unini	ICMBio	I	2015
284	PARNA Campos Amazônicos	ICMBio	II	2018
285	RESEX Arapixi	ICMBio	I	2015
292	RDS do Iratapuru	AP	I	2019
448	PE Serra Ricardo Franco	MT	I	2019
451	ESEC Rio Ronuro	MT	I	2019
455	PE Igarapés do Juruena	MT	II	2019
463	RESEX Guariba-Roosevelt	MT	I	2019

470	PE Xingu	MT	I	2019
764	ESEC Samuel	RO	I	2018
765	PE Guajará-Mirim	RO	II	2017
768	ESEC Serra dos Três Irmãos	RO	I	2019
772	RESEX do Rio Pacaas Novos	RO	I	2019
774	PE Serra dos Reis	RO	I	2019
775	RESEX Estadual Rio Cautário	RO	I	2017
777	RESEX Rio Preto Jacundá	RO	I	2017
939	PE Chandless	AC	II	2018
981	RDS Amanã	AM	I	2019
982	RDS do Aripuanã/Mosaico Apuí	AM	I	2016
983	RDS Bararati/ Mosaico Apuí	AM	I	2016
985	RDS Cujubim	AM	II	2019
986	RDS Mamirauá	AM	I	2019
987	RDS Piagaçu-Purus	AM	I	2019
988	RDS Rio Amapá	AM	I	2019
989	RDS Uacari	AM	II	2019
990	RDS Uatumã	AM	I	2018
991	RESEX Catuá-Ipixuna	AM	II	2019
992	RESEX do Guariba/Mosaico Apuí	AM	I	2016
1004	PE Guariba/Mosaico do Apuí	AM	I	2016
1006	PE Rio Negro Setor Sul/Gestao integrada com RDS Puranga Conquista	AM	I	2018
1007	PE Rio Negro Setor Norte	AM	II	2019
1009	PE do Sucunduri/Mosaico Apuí	AM	I	2016
1021	PE Serra dos Martírios/Andorinhas	PA	I	2016
1033	REBIO Maicuru	PA	I	2019
1034	ESEC Grão Pará	PA	I	2019
1487	PE Cantão	TO	II	2014
1495	PE Corumbiara	RO	II	2019
1506	RESEX Rio Gregório	AM	I	2018
1518	RESEX Rio Cajari	ICMBio	I	2018
1573	RDS do Juma	AM	I	2018
1606	RESEX Médio Purus	ICMBio	I	2019
1626	PARNA Nascentes do Lago Jari	ICMBio	I	2017
1628	RESEX Ituxi	ICMBio	I	2019
1633	PARNA Mapinguari	ICMBio	I	2018
1635	RESEX Rio Xingu	ICMBio	II	2018
1730	RDS Rio Negro	AM	I	2019

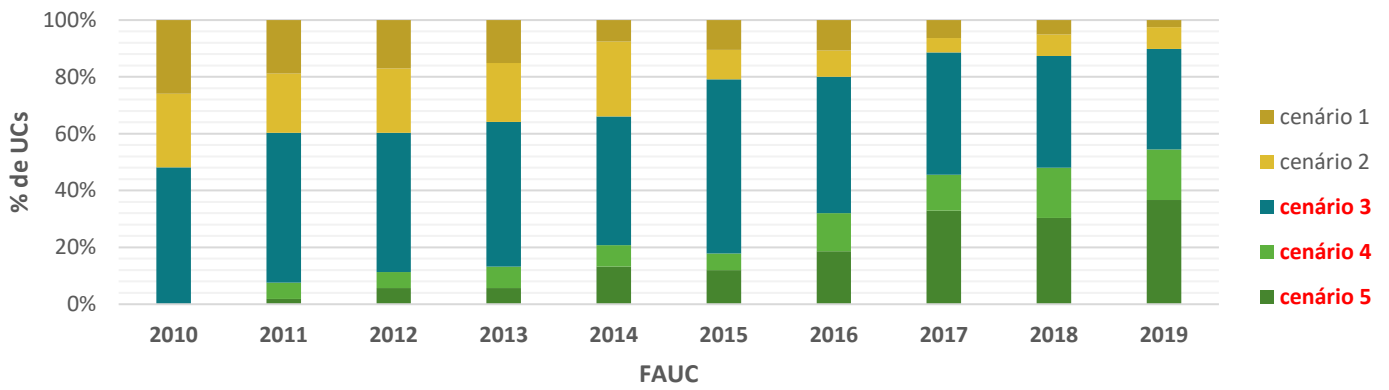
1732	RDS Igapó-Açu	AM	I	2016
1733	RESEX Canutama	AM	I	2018
1735	RDS do Matupiri/Gestão integrada com PE Matupiri	AM	I	2018
1736	PE do Matupiri/Gestão integrada com RDS do Matupiri	AM	I	2018
1810	RESEX Renascer	ICMBio	I	2017
1899	ESEC do Rio Roosevelt	MT	I	2019
1901	PE Cristalino	MT	II	2019
1977	RDS do Rio Madeira	AM	I	2018
3131	ESEC Alto Maués	ICMBio	I	2018
3132	RESEX Marinha Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande de Curuçá e RESEX de São João da Ponta	ICMBio	I	2019
3133	RESEX Marinha Mestre Lucindo/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Cuinarana	ICMBio	I	2018
3134	RESEX Marinha Cuinarana/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo	ICMBio	I	2018
3182	RDS Puranga Conquista/Gestão integrada com PE Rio Negro Setor Sul	AM	I	2018

ANEXO 2 – EVOLUÇÃO DE CENÁRIOS

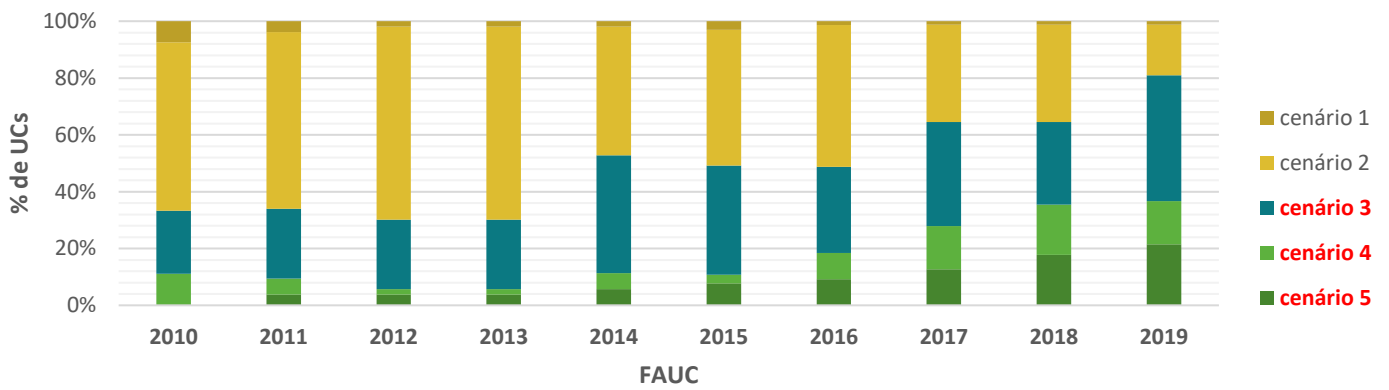
Grau I



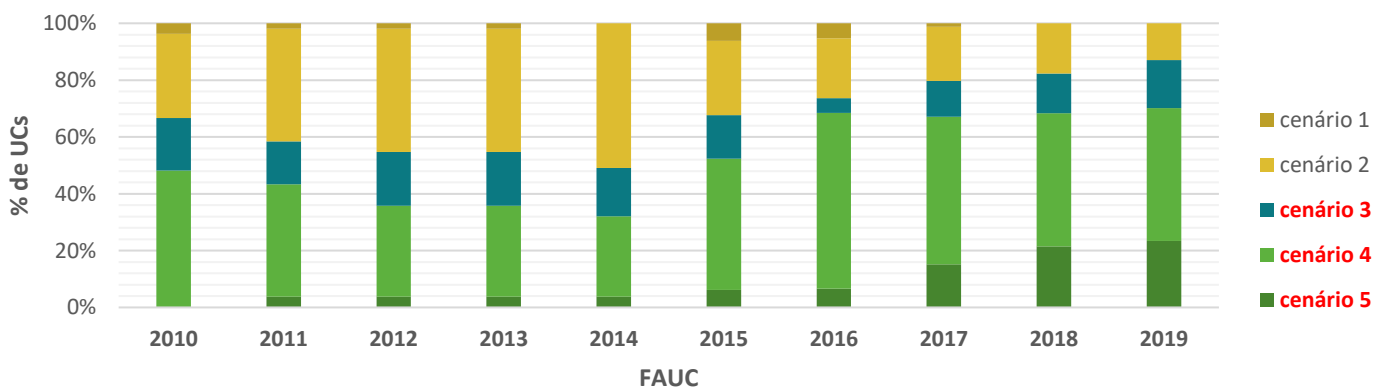
Sinalização



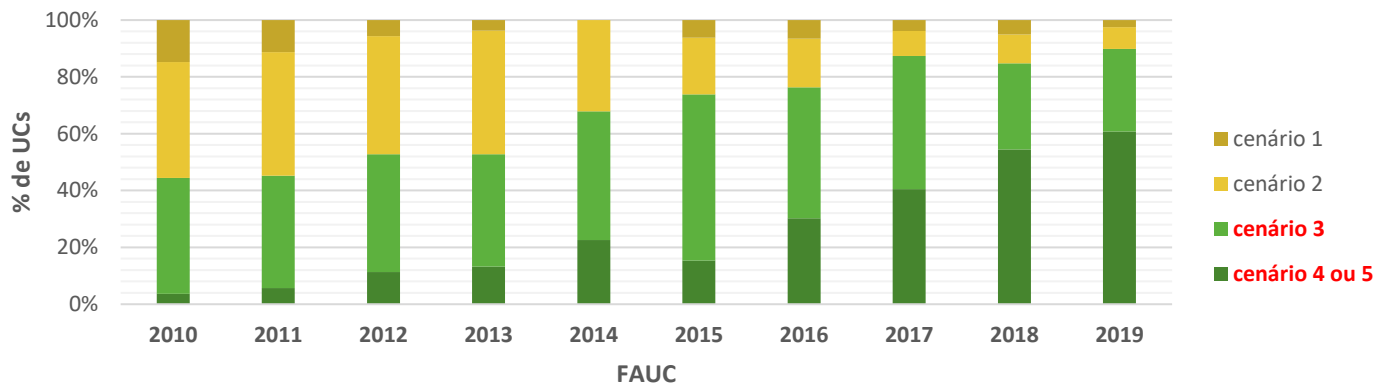
Proteção



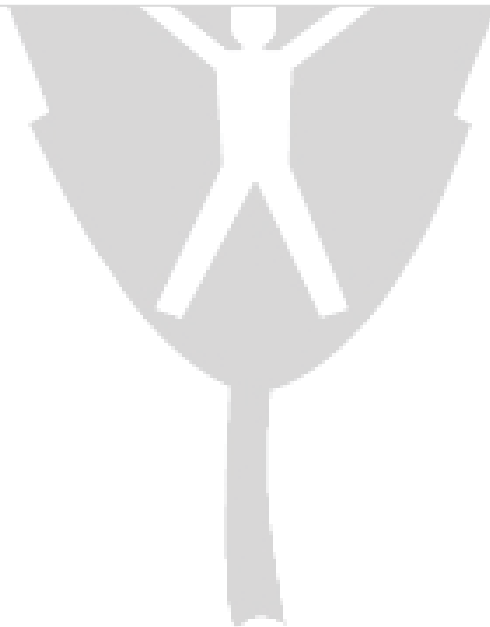
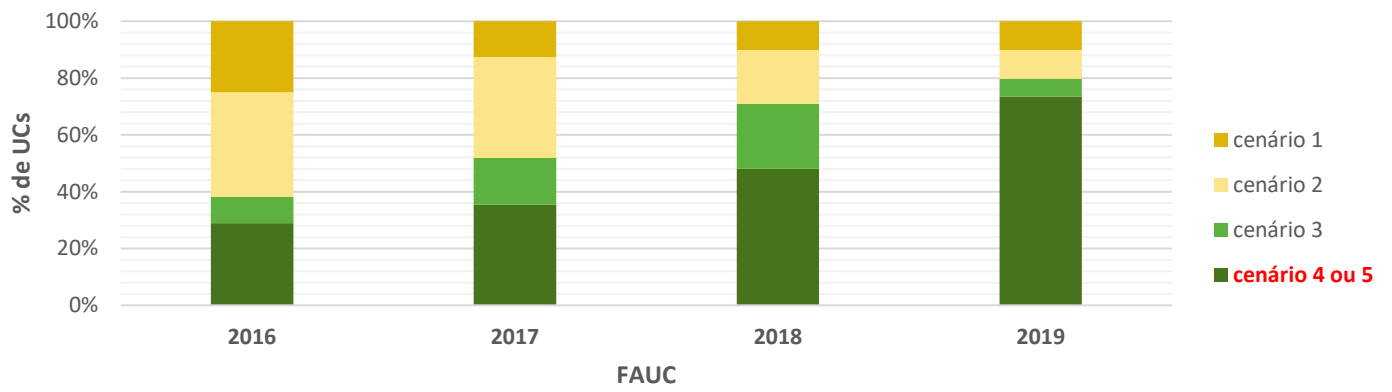
Equipe



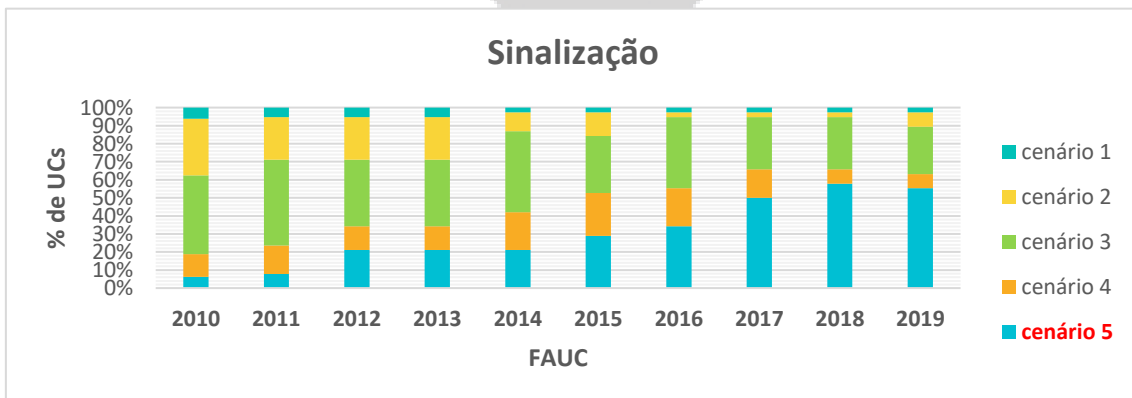
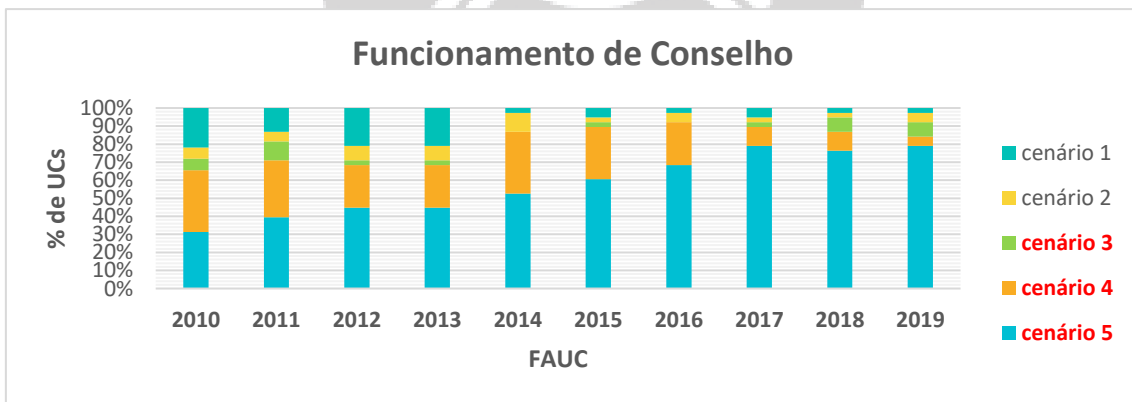
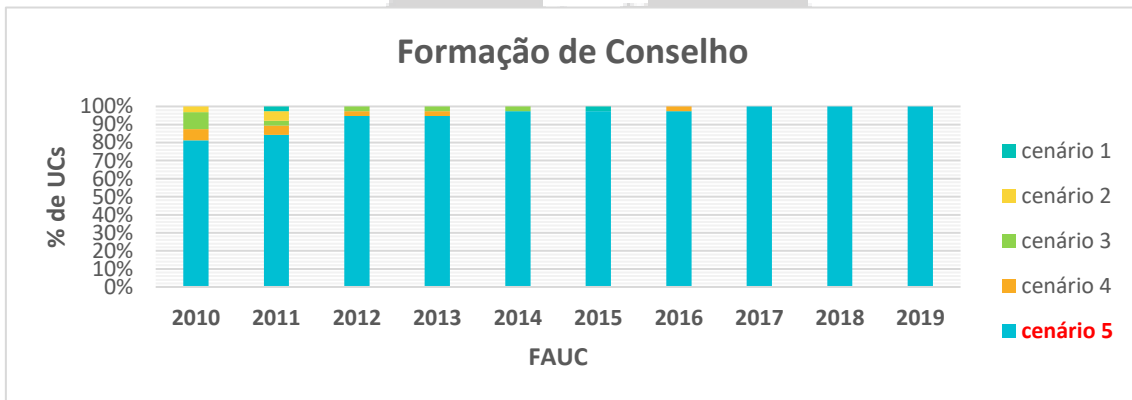
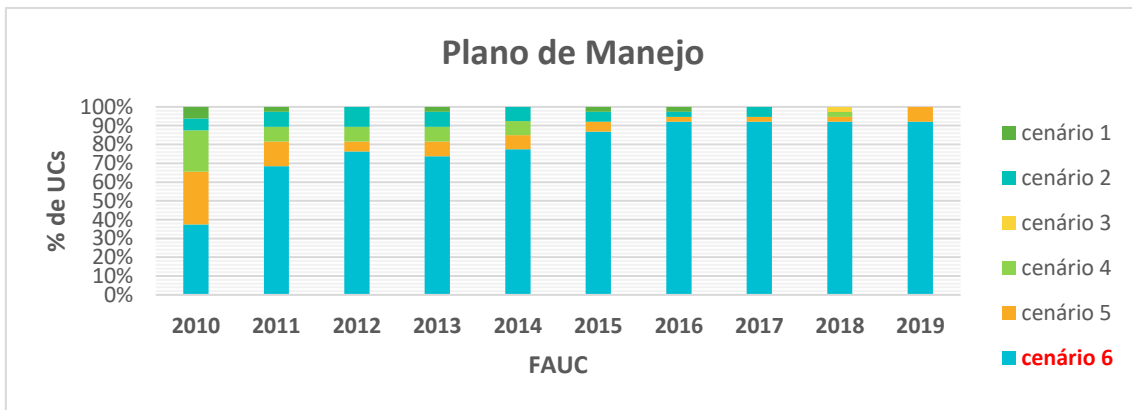
Equipamentos

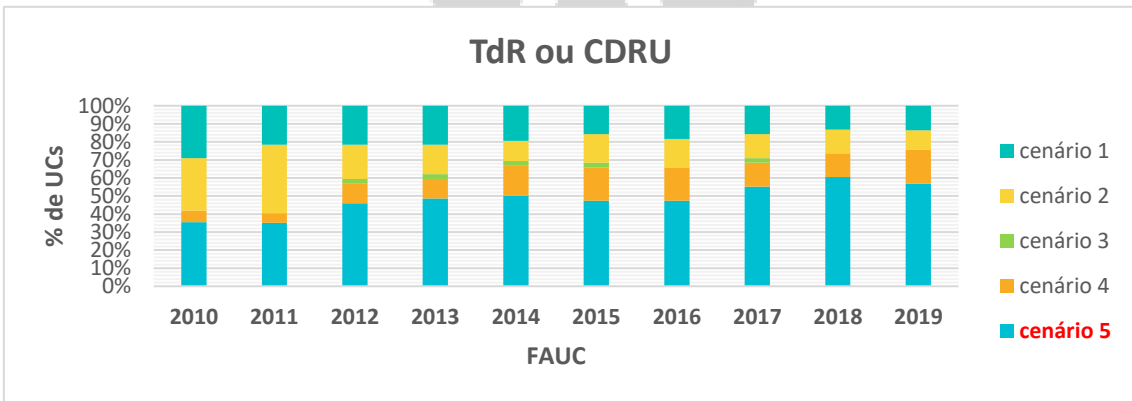
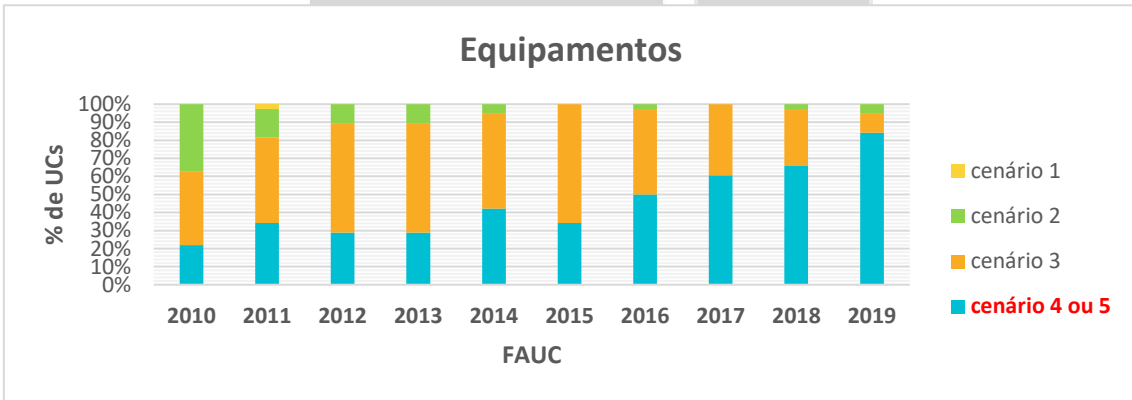
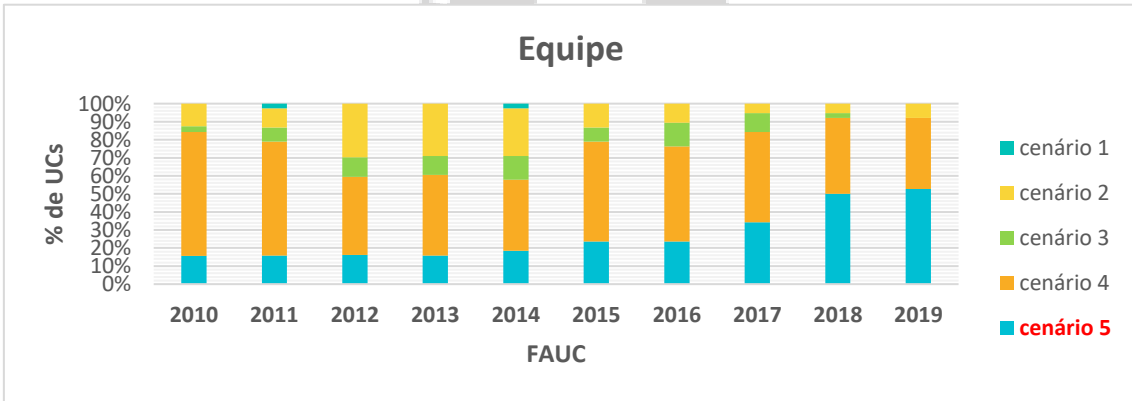
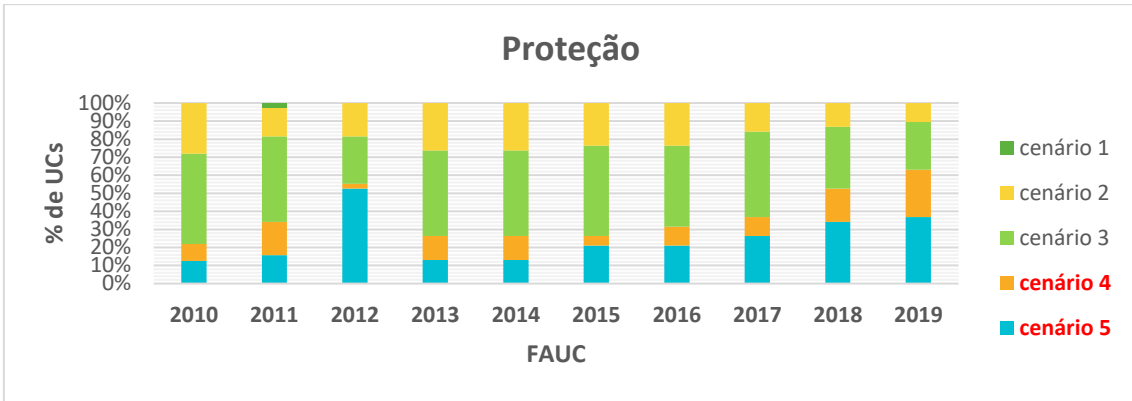


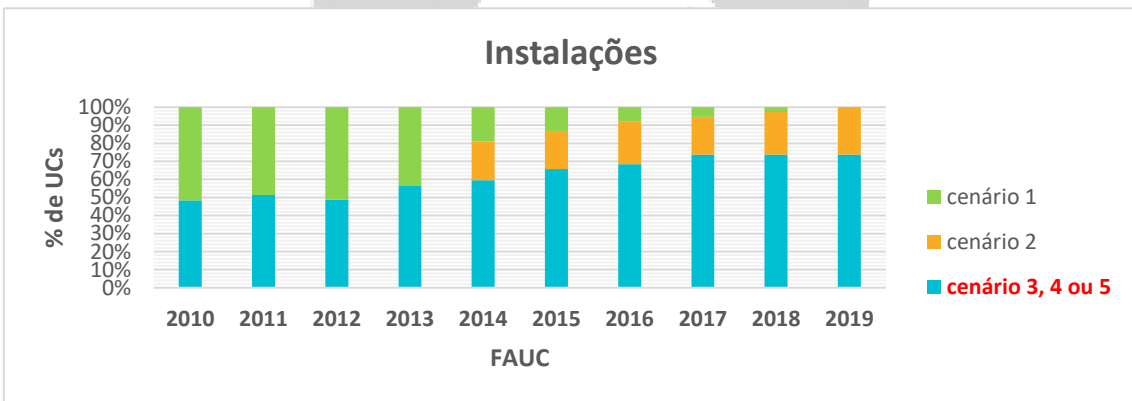
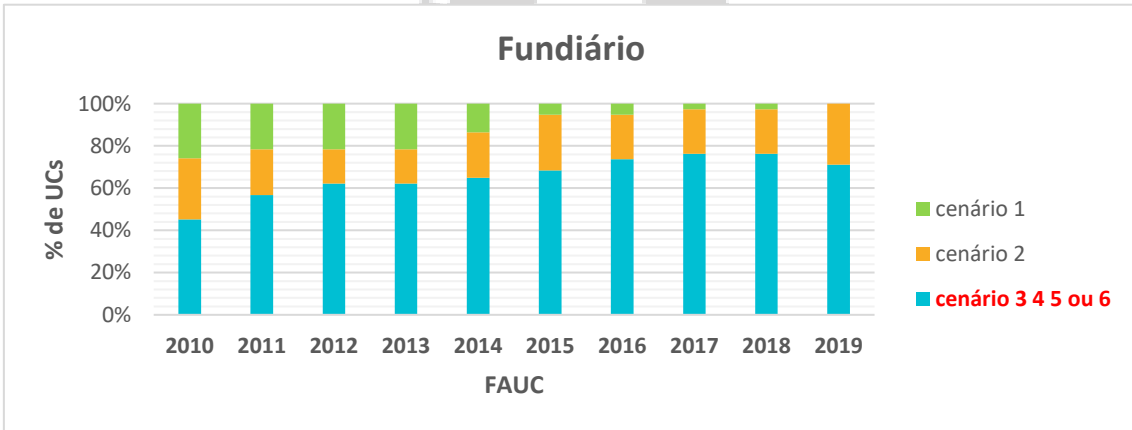
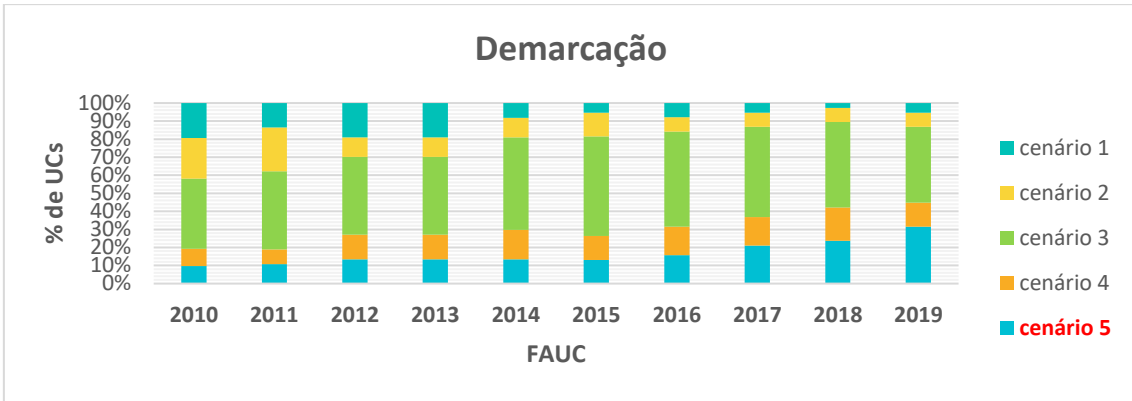
Monitoramento

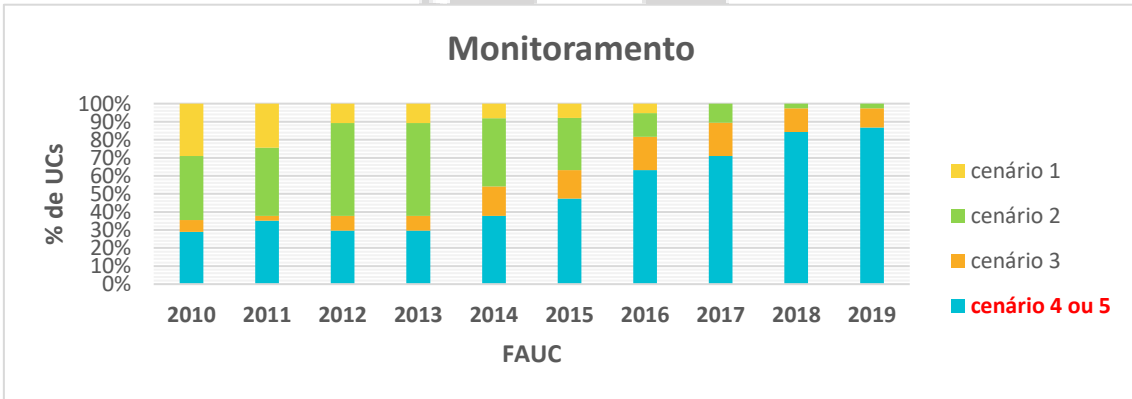
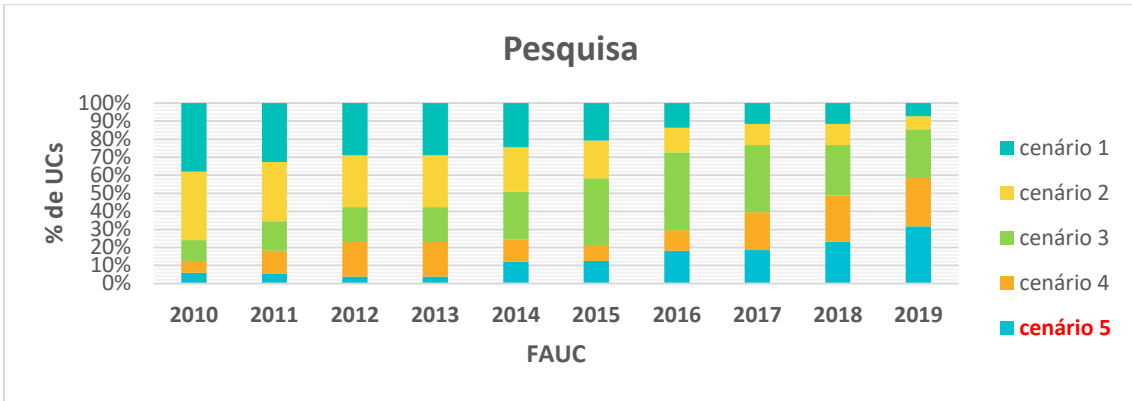


Grau II











ARPA

Programa Areas Protegidas da Amazônia